



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS**

**COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES**

**A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA: ORIGEM, CRÍTICAS E  
PROPOSTAS PARA O BRASIL**

Salvador  
2021

**COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES**

**A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA: ORIGEM, CRÍTICAS E  
PROPOSTAS PARA O BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Economia da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Área de concentração: Teorias do desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Junior.

Salvador  
2021

F156 Fagundes, Cosme Daniel Guimarães.

A teoria novo desenvolvimentista: origem, críticas e propostas para o Brasil. / Cosme Daniel Guimarães Fagundes. – Salvador, 2021.

76 f.; il.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Junior

1. Economia. 2. Teoria Novo Desenvolvimentista. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Política econômica. I. Universidade Federal da Bahia. II. Jesus Júnior, Leonardo Bispo de. III. Título.

CDD: 330

**COSME DANIEL GUIMARÃES FAGUNDES**

**A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA: ORIGEM, CRÍTICAS E  
PROPOSTAS PARA O BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Economia da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovado em 02 de dezembro de 2021

Banca Examinadora



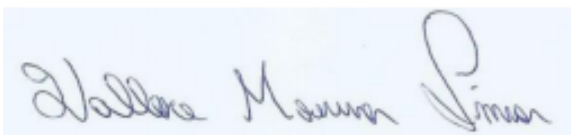
---

Prof. Dr. Leonardo Bispo de Jesus Junior  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



---

Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio  
Universidade Federal da Bahia – UFBA



---

Prof. Dr. Wallace Moreira Lima  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

## **RESUMO**

O presente trabalho versa sobre a constituição da Teoria Novo Desenvolvimentista. Para isto, realiza-se uma pesquisa acerca dos elementos que contribuíram para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o autor traça uma retrospectiva desde a concepção das ciências em si, o afloramento e a evolução do desenvolvimento econômico como campo de estudo para, ao longo do texto, avançar e destrinchar as principais categorias de análises constituintes da Teoria Novo Desenvolvimentista. Os confrontos e debates teóricos com outras correntes do pensamento econômico ocorridos ao longo do tempo são apresentados como forma de ilustrar a maturidade da teoria. Por fim, são apresentadas algumas propostas divulgadas durante a candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República, em 2018, como forma de correlacionar a teoria econômica com a proposta política. Conclui-se que a fórmula já experimentada no passado de uma produção teórica nacional, própria e independente, conjuntamente com práticas políticas soberanas e emancipatórias, formam o caminho para alcançar o desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Novo Desenvolvimentismo. CEPAL. Política Econômica. Economia Brasileira.

## **ABSTRACT**

The present work is about the constitution of the New Developmentalist Theory. For this, a research is carried out on the elements that contributed to its development. In this sense, the author describes a retrospective from the conception of science itself, the emergence and evolution of economic development as a field of study to, throughout the text, advance and unravel the main categories of analysis that constitute the New Developmentalist Theory. The theoretical confrontations and debates with other currents of economic thought that have taken place over time are presented as a way to illustrate the maturity of the theory. Lastly, some proposals disclosed during Ciro Gomes' candidacy for the Presidency of the Republic, in 2018, are presented as a way to correlate economic theory with political proposals. It is concluded that the formula, already tried in the past, of a national theoretical production, its own and independent, together with sober and emancipatory political practices, form the way to achieve development.

**Keywords:** Developmentalism. New Developmentalism. CEPAL. Economic Policy. Brazilian Economy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução anual do PIB entre 1963 e 1983 (valores em %)	37
Gráfico 2 – Índice de Gini décadas de 1960 e 1970	38
Gráfico 3 – Taxa de inflação anual brasileira (% IGD – DI)	39
Gráfico 4 – Evolução anual do PIB entre 1980 e 2000 (valores em %)	40
Gráfico 5 – Índice de Gini décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000	42
Quadro 1 – Tipos de teorias	16
Quadro 2 – O antigo e o novo desenvolvimentismo	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento entre 1929 e 1945.....	33
Tabela 2 – Evolução da dívida externa bruta e das reservas internacionais entre 1960 e 1980 (US\$ 10* ).....	36
Tabela 3 – Crescimento médio anual do PIB <i>per capita</i> .....	46



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AL – América Latina

BC – Banco Central do Brasil

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Cofisp – Contribuição para o Financiamento da Seguridade e Previdência

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CW – Consenso de Washington

EUA – Estados Unidos da América

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

FINEP – Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas

FIPEME – Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPV – Imposto sobre a Propriedade de Veículos

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR – Imposto de Renda

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISI – Industrialização por Substituição de Importações

ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

ITCMD – Imposto sobre Transmissão “*Causa Mortis*” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

IVA – Imposto sobre o Valor Agregado

JK – Juscelino Kubitschek

ONU – Organização das Nações Unidas

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RU – Reino Unido

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGEM E ASPECTOS TEÓRICOS</b> ...	<b>14</b>
2.1 SURGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO DISCIPLINA	14
2.2 TEORIA MULTIDISCIPLINAR – O DESENVOLVIMENTISMO PARA ALÉM DA ECONOMIA	17
2.3 PIONEIROS DO DESENVOLVIMENTO	19
<b>3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: ORIGEM E ASPECTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>25</b>
3.1 DESENVOLVIMENTISMO CEPALINO – CATEGORIAS DE ANÁLISE	25
3.1 ERA DESENVOLVIMENTISTA – APOGEU E QUEDA	31
3.2 NEOLIBERALISMO: DA ASCENSÃO AO ESGOTAMENTO	39
<b>4 APRECIÇÃO SOBRE A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA</b> .....	<b>45</b>
4.1 AFLORAMENTO DA TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA	45
4.2 INTERLOCUÇÃO COM A ORTODOXIA CONVENCIONAL	51
4.3 ANÁLISE A PARTIR DO SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO E CRÍTICAS A ESQUERDA	53
4.4 AUTOCRÍTICA	55
<b>5 PROPOSTAS PARA O BRASIL</b> .....	<b>58</b>
5.1 RESSALVA HETERODOXA	58
5.2 PENSAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA	61
5.2.1 Política Fiscal	61
5.2.2 Política Monetária	64
5.2.3 Política Cambial	65
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Parte dos estudantes de economia, ao começar a estudar o surgimento e a evolução do capitalismo, percebe rapidamente que a formação deste modo de produção não aconteceu de forma natural/espontânea como na natureza representada na Teoria da Evolução de Charles Darwin, mas foi pensada, de forma induzida, com base em estratégias formuladas para beneficiar determinados Estados – Nações em detrimento de outros. Os principais Estados – Nações que melhor coordenaram o esforço do desenvolvimento econômico foram o Reino Unido (RU), durante a primeira e a segunda Revolução Industrial, e os Estados Unidos da América (EUA), durante o período pós independência até depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, com base nesta leitura da história, List (1983) advoga que uma nação só terá êxito quando ela conseguir formar um consenso em torno de uma estratégia nacional de desenvolvimento, tendo o Estado como condutor desse processo.

Diante desse cenário de competição entre os Estados – Nações, os países de industrialização tardia não poderiam competir com as mesmas forças com aquelas nações que já possuíam experiência no comércio internacional proporcionada pelas vantagens do pioneirismo. Nesse contexto, de disputas e interesses, surgem a teoria econômica do desenvolvimento e a teoria estruturalista latino-americana, que concebeu o nacional desenvolvimentismo como estratégia para que os países latino americanos pudessem se desenvolver (BRESSER-PEREIRA, 2012) e criar condições de competição com as outras nações no comércio internacional. Essa temática desperta interesse e é constantemente resgatada no debate econômico devido aos grandes resultados alcançados uma vez que o nacional desenvolvimentismo projetou "o Brasil, entre 1930 e 1980, [como] o país que mais cresceu no mundo em termos de PIB" (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 17).

No entanto, a Teoria por detrás de todo esse progresso proporcionado ao longo de quase 50 anos, apesar de ter oscilado entre políticas atreladas mais à esquerda e mais à direita do espectro político/econômico, sempre buscou priorizar os interesses nacionais, sendo deixada de lado para adoção de um receituário produzido por uma nação estrangeira. Enquanto o Brasil e praticamente toda a América Latina (AL) seguia, cegamente, o Consenso de Washington (CW), outras nações optaram por aderir as antigas práticas

desenvolvimentistas e não apenas se industrializaram, como passaram o Brasil em termos de evolução tecnológica e, conseqüentemente, nos seus parques industriais e no crescimento econômico. Logo, faz-se necessário entender em qual contexto essa transição ocorreu e o porquê as práticas econômicas adotadas, em seguida, não conseguiram alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento do nacional desenvolvimentismo.

Para tanto, é necessário visitar a História Econômica Brasileira desde Getúlio Vargas, para compreender o surgimento das novas teorias através de uma análise utilizando o método histórico para poder entender o encadeamento dos fatos passados. Dessa forma, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, através da "Revolução de 1930", o Brasil e, em paralelo, grande parte da América Latina experimentaram um longo período de desenvolvimento, que foi influenciado diretamente por representantes da Escola Estruturalista do Pensamento Econômico, que, mais tarde, compuseram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 1948). Após um longo período sob o nacional desenvolvimentismo, novos desafios surgiram e as necessidades do Brasil também se modificaram e as suas premissas básicas não conseguiam responder às novas demandas. Entretanto, em vez de adequar as estratégias utilizadas pelo nacional desenvolvimentismo para os novos tempos, optou-se, como dito anteriormente, em favor da adoção do receituário "sugerido" pelo Consenso de Washington (CW), de 1989.

Segundo Bresser-Pereira (2012), após alguns anos de prática das diretrizes indicadas pelo CW, os principais países da AL passaram por intensas crises financeiras, como nos casos do México, em 1994, Brasil, em 1998, e Argentina, em 2001. Logo, aquele receituário veio a se mostrar ineficaz, não conseguindo resolver os problemas econômicos destes países, aumentando a dependência na perspectiva centro-periferia, prejudicando a autonomia nacional e agravando a desigualdade social.

Assim, ao longo do início do século XXI, em consequência da fragilidade econômica enfrentada por grande parte dos países da AL, pôde-se observar uma crescente onda, na qual líderes de esquerda e centro-esquerda foram eleitos em praticamente toda a região. Para Bresser-Pereira (2012), esse fenômeno, chamado de maré vermelha ou onda rosa, pode ser explicado como uma expressão do desejo da sociedade de retomar o padrão de

crescimento experimentado no período do nacional desenvolvimentismo. Então, a sociedade buscou nos políticos localizados no espectro da centro-esquerda e da esquerda a correspondência mais próxima, que, naquele momento, era ilustrado pelo nacionalismo econômico.

Todavia, é válido ressaltar que a simples eleição de líderes de centro-esquerda não garante o sucesso do desenvolvimento econômico do passado, como já demonstrado em várias experiências em toda a AL e, sobretudo, no Brasil. Nesse sentido, a teoria novo desenvolvimentista começou a ser desenvolvida com o intuito de ser uma alternativa ao antigo nacional desenvolvimentismo, que já não conseguia atender as necessidades do Brasil, e à ortodoxia convencional – forma como Bresser-Pereira se refere ao conjunto de políticas sugeridas por expoentes do neoliberalismo e também será utilizada ao longo deste trabalho – que, também, demonstrou ser falha ao propor soluções para a realidade brasileira dentro do sistema capitalista.

Sendo assim, além desta introdução e da conclusão que irá expor as limitações e sugestões para trabalhos futuros, o presente trabalho contempla três blocos, sendo eles 1) Desenvolvimento Econômico – Origem e Aspectos Teóricos; 2) Apreciação sobre a Teoria Novo Desenvolvimentista; e 3) Propostas para o Brasil. No primeiro bloco será resgatado como ocorreu o surgimento do desenvolvimento econômico como disciplina para elucidar ao leitor como esta área se distingue da economia pura, ensinada principalmente nos centros europeus e, do EUA. Ao aprofundar as consequências da industrialização atrasada, o leitor é levado a pensar o desenvolvimentismo para além da economia e como as causas e soluções dos problemas existentes, muitas vezes, podem extrapolar a seara da economia e passar por outras áreas do saber. Os pioneiros do desenvolvimento também são resgatados para contribuir com a análise clássica do desenvolvimento e, introduzir algumas categorias de análise. Com o intuito de aprofundar em um tipo específico de desenvolvimentismo, que ocorre no Brasil, as principais categorias de análise da CEPAL são apresentadas e analisadas, na primeira parte do segundo bloco. Então, como consequência do período de predomínio dessa corrente, a Era Desenvolvimentista é narrada desde o apogeu, no período Vargas, até o seu declínio já durante a ditadura militar. Por fim, o período sob forte

influência neoliberal, também, é resgatado, para demonstrar que, apesar de ter sido vendido como a modernidade, não logrou tratar dos males intrínsecos à uma economia no contexto da periferia do capitalismo mundial.

O terceiro bloco será dedicado a apresentar os tópicos relacionados à Teoria Novo Desenvolvimentista desde o afloramento das propostas novo desenvolvimentistas, que culminaram no novo desenvolvimentismo, no qual propõe ser uma alternativa entre a ortodoxia convencional e as velhas práticas desenvolvimentistas, que já não conseguem atender as demandas atuais do Brasil. Seguido das ressalvas desta nova teoria frente aos expoentes da ortodoxia convencional, na primeira parte, seguida das críticas formuladas por pensadores ligados à esquerda do espectro político/econômico, na segunda parte. Além de uma análise sobre as lacunas da teoria e de uma autocrítica. Por fim, no quarto bloco, será apresentada uma análise do conjunto de políticas econômicas para o Brasil, a partir do novo desenvolvimentismo e das propostas do candidato à presidência da República, Ciro Gomes, em 2018, com destaque para a política fiscal, a política monetária e a política cambial.

## **2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ORIGEM E ASPECTOS TEÓRICOS**

O objetivo desta etapa é resgatar a história do desenvolvimento econômico, cerne deste trabalho, para, ao explicar a sua evolução, buscar entender as mudanças de curso e os desdobramentos que levaram a Teoria Desenvolvimentista, com forte caráter nacional e emancipador, ter sido abandonada nas discussões de política econômica brasileira em prol de um conjunto de políticas produzidas fora do país. Ao longo da construção dessa linha do tempo, as fundamentações teóricas são demonstradas como forma de sustentar e justificar o desenvolvimento da teoria novo desenvolvimentista, como alternativa econômica para o Brasil voltar aos trilhos do progresso econômico.

### **2.1 SURGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO DISCIPLINA**

Para Wallerstein (2004), a construção do que hoje entendemos como desenvolvimento começou a partir do final da Segunda Guerra Mundial, num momento de transição hegemônica no qual os Estados Unidos passavam a ser o grande líder mundial e, em consequência disso, passava a influenciar todas as esferas, inclusive a da formação dos saberes.

Todavia, é válido fazer uma retrospectiva a respeito da evolução das ciências e seus desdobramentos, a partir do momento em que suas disciplinas ganhavam corpo. Na percepção de Wallerstein (2004), a primeira grande cisão ocorreu quando as ciências tidas como exatas se separaram da filosofia e inauguraram um campo do saber a parte. A principal justificativa para essa tomada de decisão era atribuída aos objetivos dos cientistas, que estavam atrelados a busca do verdadeiro e não do que era bom ou belo. Na sequência, a filosofia foi mantida como campo autônomo, mas, a partir dela, foi criada a grande área das ciências sociais, na qual a história seria responsável por estudar o passado e, a partir dessa marcação, seria necessário o estabelecimento de outras ciências para estudar o presente. Neste momento, sob a influência da ideologia liberal, que há pouco havia se estabelecido como hegemônica frente aos conservadores defensores da monarquia, com resquícios feudais, a modernidade inaugurada era fundamentada em três



esferas distintas, mas que conversavam entre si; sendo elas o Mercado, o Estado, e a Sociedade Civil. Então, com o objetivo de apurar os estudos sobre o presente, que estava vivenciando profundas mudanças, foram estabelecidas três novas ciências sociais; a Economia, a Ciência Política e a Sociologia.

Aqui, vale ressaltar que, na visão de Wallerstein (2004), todo esse esforço científico ainda possuía um viés muito eurocêntrico (abrangendo os Estados Unidos), no qual toda essa divisão buscava ser aplicada nos estudos referentes às potências da época. No entanto, os Estados Unidos, com o objetivo de entender melhor o resto do mundo e, também, como forma de conduzir os esforços acadêmicos, introduz uma série de estudos focalizados. Essa departamentalização visava influenciar o terceiro mundo, dentro de um contexto de constantes disputas vinculadas à Guerra Fria. Sobretudo na economia, a partir da visão nomotética, e estabelecer o EUA como parâmetro a ser seguido, criando, ao longo do tempo, Estados a sua imagem e semelhança, a fim de coibir o surgimento de potenciais ameaças, como a de uma nova China comunista.

Nesse ínterim, é salutar discorrer mais sobre a definição da abordagem nomotética, uma vez que a sua negação será o ponto de partida para o surgimento do campo do desenvolvimento econômico. A análise nomotética, conforme posto por Wallerstein (2004), envolve aqueles estudos obtidos numa grande amostra, que são projetados para o caso geral e podem ser associados a algum tipo de generalização do caso típico, ajudando a criar, assim, o modelo de referência que, naquele momento era os Estados Unidos, dado seu caráter hegemônico no cenário da política internacional. Já a abordagem idiográfica presume a ocorrência de casos mais particulares e específicos, tal como um estudo de caso, que, por sua vez, possui uma certa limitação de poder extrapolar uma determinada realidade inserida em um contexto específico para o caso geral, como se todas realidades pudessem ser facilmente comparadas.

Fazendo um paralelo, mas guardando as devidas proporções, o autor Hirschman (1977) apresenta o conceito do monoeconomicismo. Este refere-se à tese de que a análise econômica deve ser concebida a partir de pressupostos válidos para o caso geral. Ainda segundo o autor, Hirschman (1977), o principal grupo expoente dessa visão é a Escola

Neoclássica, chamada por ele de economia ortodoxa. Isso ocorre porque os representantes dessa escola desenvolvem seus trabalhos com grande rigor matemático, a fim de seguir as leis gerais, mesmo que, para isso, fugisse dos dados obtidos de forma empírica. Portanto, a partir do monoeconomicismo, é válido pressupor que a realidade de uma determinada nação poderia ser alcançada por outras nações, caso estas seguissem seus modelos de crescimento.

O quadro a seguir ilustra essa divisão apresentadas por Hirschman (1977) e demonstra a divergência estabelecida entre a tida economia ortodoxa, representada na época pela Escola Neoclássica e a mais nova Economia do Desenvolvimento, respectivamente, nos quadrantes 1 e 2.

Quadro 1 – Tipos de teorias

		Monoeconomicismo	
		Aceita	Nega
Vantagens Comparativas	Aceita	Economia Ortodoxa	Economia do Desenvolvimento
	Nega	Marx (?)	Teorias Neomarxistas

Fonte: Adaptado de Hirschman (1977).

Portanto, a negação do monoeconomicismo é um dos principais elementos constituintes das teorias do desenvolvimento, uma vez que, dado o seu caráter heterodoxo, o entendimento do desenvolvimento varia no tempo e no espaço, ou seja, não cabe uma extrapolação generalizada de um caso específico para o caso geral ou, ainda, não existe um receituário ou mesmo uma fórmula mágica que transforme uma nação pobre em rica de um ano para o outro. Dessa forma, a construção de teorias com categorias de análise próprias, com

elementos particulares de cada sociedade nacional deve ser a forma mais adequada de perseguir o desenvolvimento.

## 2.2 TEORIA MULTIDISCIPLINAR – O DESENVOLVIMENTISMO PARA ALÉM DA ECONOMIA

Desde os pioneiros dos pensadores desenvolvimentistas, a elaboração de categorias de análises próprias no campo da disciplina do Desenvolvimento por essência busca soluções multidisciplinares, uma vez que, seu caráter idiográfico orienta construções de respostas específicas para os casos singulares. Dessa forma, respostas puramente econômicas não conseguem abranger todo o rol de problemáticas existente em sociedades nacionais subdesenvolvidas, e localizadas na periferia do capitalismo mundial.

A multidisciplinaridade é uma qualidade fundamental para o campo das teorias desenvolvimentistas poderem particularizar as análises de acordo com os fenômenos político, social e econômico. Para além desses campos já citados, outras áreas que são recorrentemente interpeladas nas análises desenvolvimentistas são; a História com o método histórico sendo bastante empregado em inúmeras análises; a Matemática e Estatística, uma vez que, as soluções para os problemas não podem fugir à regra da lógica e do rigor matemático necessário ao desenvolvimento de qualquer pressuposto ou axioma para os modelos explicativos. Outro campo do saber é o das Relações Internacionais, no qual contribui com análises do cenário político e econômico internacional dos Estados – Nação e das instituições supranacionais, cada vez mais relevantes no jogo de poder internacional.

Outro elemento fundamental para a questão do desenvolvimento são os aspectos culturais. Celso Furtado (1980) em seu momento de maior sobriedade, na minha percepção, busca desenvolver análises mais profundas acerca das problemáticas relacionadas ao desenvolvimento. Para tanto, ele, que sempre percebeu o desenvolvimento para além de questões puramente econômicas lança uma percepção que extrapola também os aspectos

sociais e visa alcançar a temática cultural, mais especificadamente a transformação social como consequência do processo transformador da cultura.

Dessa forma, Celso Furtado (1980) propõe um estudo mais atencioso em relação a temática, para, após compreender esses elementos culturais que influenciam o desenvolvimento poder estabelecer os mecanismos que amenizam os aspectos negativos e potencializam os aspectos positivos. Nesse sentido, Furtado (1980) compreende o surgimento de novas tecnologias, assim como o surgimento do progresso técnico, como uma vertente provocada pelas mudanças culturais. Ou seja, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos frutos das mudanças culturais que definem através do progresso técnico como determinada fração da sociedade vai progredir. Assim, o desenvolvimento em uma área, e o subdesenvolvimento em outra, é o desdobramento de como os processos de inovações culturais ocorrem de formas distintas em determinada região.

Outro autor que extrapola o entendimento do desenvolvimentismo para além da economia é Francisco de Oliveira (2003), que encontra no animal Ornitorrinco a metáfora perfeita para explicar a evolução truncada da sociedade brasileira, na qual ao mesmo tempo que carrega problemas sociais consequentes dos séculos de escravidão e do processo de colonização, consegue avanços de ponta a partir de instituições nacionais como Embrapa, Embraer e a própria Petrobras.

Ao aprofundar a análise sociológica, o autor Baran (1969) revela o papel da burguesia no contexto do desenvolvimento das nações classificadas como terceiro mundo. Na visão dele:

Enquanto nas nações avançadas, tais como a França e a Grã-Bretanha, a classe média, economicamente ascendente, desenvolveu desde cedo uma visão mais racional do mundo, que orgulhosamente se opunha ao obscurantismo da época feudal, a burguesia pobre e inexperiente dos países subdesenvolvidos não buscou nada além de se manter acomodada à ordem vigente (BARAN, 1969, p. 109).

Nesse sentido, tal sociedade condena-se à dependência ao designar no outro (o estrangeiro) o elemento propulsor do seu desenvolvimento. Assim, qualquer avanço produtivo liderado por essa burguesia não representa melhoria para a nação como um todo, mas apenas para

aquela parte da população mesquinha associada aos interesses imperialistas do capital externo.

Dessa forma, o autor Baran (1969) entende que a classe média (burguesia) existente em cada país subdesenvolvido perdeu a oportunidade de liderar a nação numa adequação dos rumos capitalistas para trazer melhorias reais a todos. Nesse entendimento, a partir da ascensão do movimento operário internacional na Europa que, preencheu o espaço não ocupado por essa classe média local no posto de líder ideológico e político, acabou afastando de vez essa classe média das camadas menos favorecidas. Portanto, descolando-a da condução de qualquer processo de desenvolvimento autônomo e emancipador frente aos interesses dos blocos de poder localizados em outras nações.

Assim, com os exemplos das análises acima apresentados é possível visualizar o rol de interpretações possíveis que vastas áreas do saber podem contribuir ao analisar os casos singulares conforme a abordagem idiográfica pressupõe. Dessa forma, o caráter heterogêneo das teorias do desenvolvimento proporciona o encontro de soluções além da economia pura e, portanto, através da multidisciplinaridade de pensamentos e saberes.

### 2.3 PIONEIROS DO DESENVOLVIMENTO

Antes de se debruçar sobre as principais contribuições dos pioneiros do desenvolvimento, faz-se necessário situar em qual contexto e com quais motivações a área do saber, conhecida como Economia do Desenvolvimento, aflorou. Tal disciplina surgiu decorrente de vários fatores sociais, econômicos e políticos, mas nosso objetivo agora não é pormenorizar e nem esgotar todas as interpretações acerca desse período, apenas pincelar o principal entendimento sobre o tema, para nortear as implicações da conjuntura desse surgimento.

Para tanto, as principais contribuições da Teoria do Desenvolvimento como uma disciplina diferenciada da economia geral, mais voltada para os países industriais e do centro da economia, só foram possíveis devido ao colapso da era do *laissez-faire* e o fim do

liberalismo econômico, que sustentava a chamada *pax* britânica. Assim, com o surgimento de um novo líder global no período entre guerras, consolidando-se após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América, o mundo começou a passar por um reajustamento nas diretrizes de governança global.

Nesse contexto, os Estados Unidos direcionaram grande esforço político, fomentando estudos e análises acadêmicas, a fim de identificar e superar os desafios intrínsecos à economia periférica, em constante disputa ideológica com expressões do socialismo. Então, é nessa dinâmica que Walt Rostow, um dos poucos em sua época que conseguiu conciliar as atividades políticas, inclusive ocupando altos cargos no executivo estadunidense, com as pesquisas e publicações acadêmicas, lança seu livro com uma mensagem clara já no título: “Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto anticomunista”, de 1960. Neste livro, Rostow (1960) busca sistematizar de forma linear as etapas do desenvolvimento, numa perspectiva de que tal processo fosse natural e permanesse em uma única direção, espelhada no padrão estadunidense de consumo como a etapa e objetivo final do processo de desenvolvimento. Inclusive, essa visão de Rostow (1960), na qual as sociedades tradicionais deveriam seguir rumo a modernidade, baseada no modelo eurocêntrico (estendido aos Estados Unidos) por etapas rigorosamente engessadas, configurou-se numa das suas principais características, na qual, também, passou a ser vista como a crítica mais relevante a tal preposição. Assim, apesar de conseguir emplacar projetos políticos respaldados nessa teorização, como a “Estratégia Truman” ou, também, como ficou conhecido o Programa IV pontos para os Estados Unidos apoiar o desenvolvimento dos países tidos como atrasados, na academia a teoria etapista ganhou destaque no evolucionismo social, mas era contestada no âmbito do desenvolvimento.

Outro autor dentre os pioneiros do desenvolvimento é Rosenstein-Rodan, que empregou, pela primeira vez, o termo países subdesenvolvidos para se referir aqueles países cujo desenvolvimento estava aquém dos alcançados pelas econômicas industriais dos países centrais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Tudo isso no livro que é tido como o texto inaugural da Economia do Desenvolvimento: “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”, de 1943. Rosenstein-Rodan (1943), apesar de conseguir

avançar bastante neste seu texto em questões que viriam a ser cruciais para a disciplina, como a insuficiência dos fatores econômicos em explicar o problema do subdesenvolvimento, e de conseguir estabelecer causalidade entre a não industrialização com as principais problemáticas inerentes das regiões atrasadas, como baixa renda, existência de subempregos, reduzido mercado interno e falta de dinâmica produtiva, no qual apenas um grande impulso por parte do Estado conseguiria alterar esse círculo, uma vez que o mercado, por si só, não seria capaz de promover tal transformação. Mesmo assim, este seu texto ainda foi recebido como uma análise muito focalizada, como se fosse um estudo de caso, do contexto da Europa Oriental e Sul-Oriental, que não poderia se estender para outros contextos.

Na busca por superar essa limitação indicada nos estudos de Rosenstein-Rodan, o próximo autor analisado, Ragnar Nurkse, que procura sistematizar seus esforços de forma mais genérica, para abarcar um maior número de realidades. Então, nos estudos “Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico”, de 1952, e “Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos”, de 1953, ele, através de uma visão mais financeira, procura contribuir à economia do desenvolvimento, sistematizando a relação entre o baixo nível de renda, que acarreta numa baixa capacidade de gerar poupança, com falta de capital disponível para investimentos e, portanto, baixa produtividade. Outro elemento importante identificado por Nurkse (1953) é o efeito demonstração, que levaria a população a gastar qualquer sobra de recursos financeiros com produtos supérfluos, para reproduzir o padrão de consumo dos países centrais, reduzindo, ainda mais, o montante de capital disponível para empréstimos e ocupando a pauta importadora com produtos que não agregaria a mudança da pauta produtiva. Assim, Nurkse (1953) sugere um controle destes gastos, limitando a importação de bens de luxo para favorecer a estratégia de substituição de importação através das aquisições de bens de capital, uma vez que a balança comercial era justa.

Arthur Lewis consegue aproveitar duas categorias analíticas apresentadas pelos dois últimos autores, ao relacionar o desemprego disfarçado de Rosenstein-Rodan, no qual parcela significativa da mão de obra disponível do país é empregada em subempregos ou subocupações de baixíssima produtividade, e, portanto, de baixíssima remuneração, com a

poupança oculta de Nurkse, para aproveitar o excesso de mão de obra disponível como potencialmente positivo para a economia, uma vez que a disseminação de baixos salários elevaria as taxas de lucro e, conseqüentemente, o investimento, mas tal encadeamento lógico seria facilmente questionado posteriormente.

Entretanto, outro elemento que passaria a ser crucial para a economia do desenvolvimento fruto das contribuições de Lewis (1978) é a dualidade estrutural existente nos países subdesenvolvidos no qual convivem lado a lado indústrias de ponta com setores altamente atrasados. Esta seria uma característica marcante na dinâmica e nos pressupostos do desenvolvimento econômico. Mas para superar essa situação do subdesenvolvimento, Lewis defendia que os diversos setores da economia deveriam se desenvolver concomitantemente, sem focar em uma área específica. Nessa linha, que os próximos dois autores discordam profundamente de Arthur Lewis.

Gunnar Myrdal crítica a hipótese do crescimento equilibrado, uma vez que entende que os desequilíbrios são inerentes ao processo do desenvolvimento, inclusive, pelo fato por ele colocado que o sistema não converge, naturalmente, para o estado de equilíbrio. Nesse sentido, a tese de causação cumulativa pressupõe um círculo vicioso constante para o bem, aumento de riqueza, ou para o mal, aprofundamento da pobreza, no qual só poderia ser superado por uma ação deliberada por parte do Estado, para romper o círculo de pobreza e promover o desenvolvimento.

Tal desenvolvimento proposto por Myrdal (1957) teria como base um plano nacional de desenvolvimento econômico planejado, através de estudos focalizados para superar a causação circular daquela economia frente aos fatores relevantes, sendo eles econômicos ou não. É relevante destacar a preposição de Myrdal em relação ao comércio internacional como provocador e perpetuador de crescentes desigualdades entre os países, sendo o Estado capaz de coordenar e planejar medidas para proteger mercados e favorecer a indústria nascente daquele país.

Nessa mesma linha, Hirschman (1958) confronta a tese de Arthur Lewis de crescimento equilibrado, uma vez que na realidade dos países subdesenvolvidos há constante escassez de capital, então, esse capital deveria ser direcionado e concentrado em uma determinada



área produtiva para, a partir dali, o próprio efeito de retroalimentação dos setores chaves, com alta capacidade de encadeamento tanto para trás (a montante) como para frente (a jusante) pudessem dinamizar e “contaminar” os demais setores produtivos da economia, gerando um efeito similar ao círculo vicioso de Myrdal só que para o bem (virtuoso).

Hirschman (1958) comunga da percepção compartilhada por outros pioneiros do desenvolvimento, dentre os quais o Rosenstein-Rodan (1943) e o próprio Myrdal (1957), sobre os fatores do subdesenvolvimento não estarem contidos exclusivamente em causas econômicas e constituírem uma natureza complexa, multidimensional e multidisciplinar acerca do fenômeno do subdesenvolvimento. Nesse sentido, ele destaca o problema como essencialmente de ordem política e, sobretudo, pela falta de um grande articulador para promover o desenvolvimento.

Dessa forma, muitos autores com trajetórias acadêmicas vinculadas aos interesses dos países do centro do capital, motivados pelos incentivos à contribuírem com a nova disciplina da Economia do Desenvolvimento, ainda muito engessada nas pressuposições economicistas, acabam por contribuir com as chamadas teorias do desenvolvimento, com importantes categorias analíticas que vão muito além das deduções puristas da economia e conseguem refletir sobre os problemas dos países com economia atrasada, a partir de uma abordagem multidimensional do fenômeno.

Para arrematar as ideias compartilhadas pelos pioneiros do desenvolvimento, pode-se destacar três principais pontos, sendo eles: 1) a necessidade de uma teorização específica para a realidade dos países localizados na periferia do capital, devido a ocorrência de fenômenos distintos das economias centrais, 2) algumas características dos países subdesenvolvidos, como a escassez de capital que levaria a escassez de poupança, dificultando o investimento e, portanto, resultando baixa produtividade, baixa renda, excesso de mão de obra disponível e, conseqüentemente, em um mercado interno insignificante e com instituições, tanto de mercado como do Estado, frágeis para propor e conduzir projetos estruturantes, e 3) a identificação da industrialização como estratégia para superação do problema do subdesenvolvimento, tendo o Estado, em maior ou menor grau, agindo ativamente como interventor na economia com vistas a promover o desenvolvimento. Para além dos pontos compartilhados, os autores pioneiros do

desenvolvimento, também, possuem algumas divergências, que poderiam ser englobadas no entendimento contraditório relativo ao papel no qual o comércio internacional pode desempenhar nas economias subdesenvolvidas e a disputa entre crescimento equilibrado *versus* crescimento desequilibrado (ou focado em setores chaves).

Assim, essa primeira geração de estudiosos do desenvolvimento compartilha e diverge sobre diversos pontos, tanto relativos as causas que levaram ao subdesenvolvimento, quanto às propostas que potencialmente levariam sua superação. Mas, o importante a destacar é a urgência naquele período em começar a sistematizar formulações teóricas que promovessem a superação do subdesenvolvimento, mesmo que a partir de pensadores localizados no centro da dinâmica do capital. Dessa forma, os pensadores estruturalistas e da CEPAL, tipicamente atrelados à América Latina, aproveitaram muitas das categorias analíticas originadas neste momento para aprofundar e, a partir da própria periferia, desenvolver um pensamento alternativo próprio.

No próximo tópico é apresentado como esse conjunto teórico foi desenvolvido no âmbito do Brasil, como um país localizado na periferia do capitalismo mundial. Tanto no aspecto do desenvolvimento teórico quanto nos aspectos políticos.

### **3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: ORIGEM E ASPECTOS TEÓRICOS**

Neste momento, a apresentação da origem e dos aspectos teóricos é continuada, mas com um recorte específico nos países da AL e, principalmente, do Brasil. Para tanto, as contribuições da Escola Estruturalista com a CEPAL serão utilizadas para ilustrar a forma como o desenvolvimentismo foi apropriado regionalmente. A análise da Era Desenvolvimentista, desde o seu apogeu até sua queda, também, foi resgatada para demonstrar as diversas fases por qual esse movimento passou. E, por fim, o período sob forte influência neoliberal, que marca o fim do período desenvolvimentista e, serve como uma ponte para o afloramento da Teoria Novo Desenvolvimentista, é resgatado.

#### **3.1 DESENVOLVIMENTISMO CEPALINO – CATEGORIAS DE ANÁLISE**

O Nacional Desenvolvimentismo, como também ficou conhecido, foi uma estratégia de crescimento econômico desenvolvida por boa parte dos países da América Latina, com base na Teoria da Escola Estruturalista do Pensamento Econômico, que teve um grande destaque a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), idealizada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). O desenvolvimentismo CEPALINO ilustra bem o caráter multidisciplinar do campo do desenvolvimento, ao explorar diversas abordagens que são visualizadas nas categorias de análises apresentadas nessa etapa do trabalho. No Brasil, o maior expoente das teorias desenvolvimentistas foi Celso Furtado, que contou com colaborações de grandes pensadores como Raúl Prebisch e outros autores que tiveram destaques na concepção dessa estratégia. Porém, a precisão na definição do desenvolvimentismo não é possível, pois várias são as vertentes que conduziram o desenvolvimento dos trabalhos neste período, mas todos os variados pensamentos orbitavam em torno das problemáticas relativas às questões como a relação centro-periferia, o subdesenvolvimento, concentração de renda e a industrialização dependente.

Esses temas específicos desenvolvidos pelos pensadores CEPALINOS são chamados de categorias de análises, pois a partir dessas análises os pensadores encontram explicações lógicas para compreender a realidade de um determinado sistema nacional e, assim, podem desprender esforços intelectuais para propor soluções alternativas aos problemas enfrentados pelos *policy makers*.

Nesse sentido, ao longo do tempo várias categorias de análises foram desenvolvidas na busca por solucionar os dilemas existentes. Então, como forma de demonstrar os pressupostos teóricos que fundamentaram as teorias desenvolvimentistas daquele período, as principais categorias de análise serão apresentadas para que o leitor possa compreender que elas estão muito atreladas a um espaço e tempo bem definidos, o que impossibilitaria qualquer novo governo tentar reproduzi-la atualmente. Estas e novas categorias foram posteriormente atualizadas e revistas pela Teoria Novo Desenvolvimentista.

Segundo o autor Bielschowsky (2009), poderia ser destacada três principais categorias de análises, a saber – a heterogeneidade estrutural, a deterioração dos termos de troca e a inflação estrutural – que são compartilhadas por quase todos os países da América Latina, dentre outras que também são relevantes, sobretudo para o caso brasileiro, mas podem ser entendidas como desdobramentos dessas principais, sendo elas:

- Heterogeneidade estrutural – construto teórico com o intuito de explicar a disparidade latente de produtividade entre setores, regiões, bem como na renda por habitante dentro e entre os países da América Latina. Esse fenômeno é um desdobramento do que Prebisch chamou de difusão lenta e desigual do progresso técnico. No âmbito internacional, essa análise criaria a relação polarizada de Centro – Periferia, já no âmbito regional e local seria a responsável pela criação das desigualdades, que se perpetuariam de maneira endógena ao longo do tempo;
- Deterioração dos termos de troca – esta é a resposta da Teoria Estruturalista para a chamada Teoria das Vantagens Comparativas para o comércio internacional. Naquele momento, os postulantes da Teoria das Vantagens

Comparativas defendiam que os países deveriam se especializar na produção e no comércio dos produtos que possuíam mais vantagens comparativas em relação a outros países no âmbito do comércio internacional. Desse modo, iriam obter ganhos derivados da especialização. Entretanto, Prebisch e outros percebiam uma assimetria, o que tornaria este comércio desigual e com consequências adversas para os países que, por ventura, especializassem-se na produção de produtos primários. Isso ocorreriam por três aspectos principais, sendo eles: 1) nível de preços; 2) elasticidade-renda; e 3) dinâmica dos mercados. Assim, caso os volumes se mantivessem estáveis, existiria uma tendência secular a deterioração do poder de compra, ou seja, de importação por parte dos países produtores primários, uma vez que seu valor relativo seria depreciado, dado o constante avanço tecnológico embutido nos produtos industrializados. Outro aspecto que pode ser acrescentado nessa análise é referente à demanda por esses bens no intercâmbio internacional, dado que a demanda por alimentos e commodities é bem mais inelástico em relação a renda do que os produtos manufaturados e, por conseguinte, os produtos industriais conseguem dinamizar muito mais a economia devido aos ciclos de inovação cada vez mais curto, enquanto a produção primária de *commodities* geralmente é muito intensiva em mão de obra, envolvendo, quase sempre, empregos sem qualificação.

- Inflação estrutural – é um desdobramento da heterogeneidade estrutural, uma vez que esta categoria de análise pode ser entendida como consequência do processo de industrialização nas economias dependentes, pois dependem do avanço tecnológico do centro para atualizar seu parque industrial e, conseqüentemente, sofre um grande desequilíbrio na balança de pagamentos sempre que ocorre qualquer crescimento por causa da importação de maquinário. Portanto, não necessariamente está relacionada a expansão monetária como é, cegamente, defendida pelos expoentes da Escola Neoclássica;

- Desequilíbrio no balanço dos pagamentos – pode ser entendido como um desdobramento da deterioração dos termos de trocas, em virtude da constante troca desigual no comércio internacional e, como desdobramento da inflação estrutural, ao passo que para crescer sempre era necessário importar e, conseqüentemente, criar novas dívidas, o que em última instância leva ao colapso financeiro da economia dependente;
- Teoria do caráter dependente – fruto da heterogeneidade estrutural na perspectiva internacional, implica que a constante e crescente entrada de capitais estrangeiros sem regras nem direcionamentos nos países da América Latina causam uma dependência destes, imbricando qualquer crescimento a necessidade de capital estrangeiro e ao julgo destes, do que é o importante para a economia nacional;
- Industrialização truncada – também decorrente da heterogeneidade estrutural, a industrialização ocorrida nos países da periferia foi um processo anamórfico, que foi potencializado pela indução estatal, quando esta deveria ter dado ênfase ao progresso técnico com base em acumulação de conhecimento;
- Persistência do subemprego – paralelo ao processo de modernização do parque industrial, que se tornava cada vez mais intensivo em capital no qual o incontável exército de reserva de mão de obra urbano não encontrava colocação, devido a sua precária formação e, em consequência, criava um submundo de pobreza imbricado ao capitalismo característico dos países periféricos.

Essas análises contribuíram de forma única para desenvolver estratégias nacionais de crescimento econômico e desenvolvimento social e estabelecer o predomínio das teorias desenvolvimentistas sobre as decisões econômicas e políticas em diversos países da América Latina e, sobretudo, no Brasil. Tanto que a partir de Raúl Prebisch e Celso Furtado, dois dos principais articuladores intelectuais do desenvolvimentismo na América

Latina, os esforços foram empregados sobre os problemas estruturais das economias latino americanas, que eram interpretados como os gargalos ou os desajustes internos e sendo estes os responsáveis pelo atraso no desenvolvimento da América Latina.

Neste momento, é válido fazer um esclarecimento, pois estas categorias de análises, além de serem influenciadas pelos pioneiros do desenvolvimentismo, possuem forte correlação com os postulados defendidos por Friedrich List, desde a metade do século XIX, mas toda essa influência não foi devidamente reconhecida, talvez devido a visão eurocêntrica e colonialista do pensador. Dentre outros pontos em comum a correlação presente, destacam-se a categoria de análise da deterioração dos termos de troca e as percepções da relevância da industrialização como promotora do avanço tecnológico e o papel do Estado-Nação como indutor do desenvolvimento.

A categoria de análise da deterioração dos termos de trocas, formulada por Raúl Prebisch, é uma resposta às teorias das vantagens (absoluta e comparativa) pela qual Prebisch (1961), assim como List (1983), demonstrava que caso um país se especializa na produção de produtos agrícolas ou com baixo nível de processamento, como as *commodities* minerais, estaria condenado a uma relação de troca assimétrica em favor dos países exportadores de manufaturados. Dessa forma, tanto os CEPALINOS quanto List (1983) entendiam os benefícios da industrialização para a dinâmica dos mercados internos. Para eles, a independência econômica passaria pela constituição de um parque fabril capaz de competir com as outras nações no comércio internacional. Esta percepção é relevante, pois, através do constante aprimoramento produtivo na indústria a economia nacional conseguiria romper a relação dependentista centro – periferia. Por fim, para ambos, esse processo apenas se viabilizaria a partir da condução de um Estado forte e promotor do desenvolvimento, inclusive com a adoção de barreiras alfandegárias para proteger o mercado interno das competições internacionais.

Nesse sentido, conforme posto por Hirschman (1977), a teoria do desenvolvimento ganhou espaço com o fracasso da ortodoxia em conseguir superar a crise de 1929 e explicar o crescimento do período entre guerras. E dada a sua abrangência acadêmica, consegue incorporar elementos de vastas correntes teóricas para alicerçar suas bases e fomentar as

discussões acerca do seu objeto de estudo sobre o desenvolvimento econômico das regiões desfavorecidas do planeta, sendo este um elemento que por si só angaria muitos interesses. Nesse contexto, muitos países passaram a adotar, mesmo que parcialmente, as premissas desenvolvimentistas e, por conseguinte, conseguiram lograr um êxito similar ao do Brasil quando foi o país com o maior crescimento no mundo dentro do período de meio século, entre os anos de 1930 e 1980.

Entretanto, apesar dos resultados irrefutáveis apresentados pelo desenvolvimentismo apregoado pela CEPAL, o seu declínio é visto por Hirschman (1977) mais como consequência de questões internas sobre não saber como reagir às críticas ao não elaborar uma síntese desenvolvimentista, por exemplo, e se fortalecer com isso do que propriamente às séries de críticas que tanto a ortodoxia quanto os neomarxistas e outras correntes à esquerda lhe imputavam. Além disso, este autor vai além dessas questões teóricas e traz um elemento do campo da política como um fator adicional ao enfraquecimento do desenvolvimentismo CEPALINO: os inúmeros desastres políticos ocorridos nos países do terceiro mundo – desastres do desenvolvimento – que colocaram em xeque qualquer possibilidade de contestação, abrindo espaço para teorias “modernas” e liberalizantes que eram menos dependentes do Estado nacional, como o neoliberalismo, que passa a ter o predomínio frente às questões econômicas e políticas no Brasil, na América Latina e por quase todo o mundo, a partir da década de 1980.

Desse modo, Carcanholo (2008) tece uma crítica a respeito da evolução e atualização do reposicionamento e do novo pensamento crítico da CEPAL após este período de declínio, que perdeu e nunca mais conseguiu recuperar o espaço frente aos postulados neoliberais. O pensamento crítico da CEPAL deve ser dotado de espaço e tempo, portanto, constantes ajustes são mais do que importantes, são necessários dado seu caráter idiográfico para estudar casos singulares. Todavia, o pensamento crítico, como proposto inicialmente e que havia logrado todos os resultados conhecidos, deve se manter crítico e buscar soluções próprias para os desafios enfrentados na realidade analisada, não deve jamais se acomodar com possíveis medidas paliativas que não visam acabar com o problema em questão. Essa é a visão tida por Carcanholo (2008) sobre a Nova CEPAL, tendo passado a atuar desse



modo, principalmente a partir da década de 1990. Sendo assim, pode-se concluir, a partir do autor, que apenas uma construção própria a partir de um pensamento crítico pode levar a soluções reais para as realidades analisadas. Apenas leituras de gráficos e ponderações não irão fomentar as construções de vias alternativas de desenvolvimento para países na periferia do capitalismo.

Por conseguinte, a elaboração dessas categorias de análises, por parte dos pensadores, serviu de alavanca intelectual para a proposição de soluções para o caso brasileiro, uma vez que a realidade tanto econômica quanto social enfrentada pelo país se difere e muito das expostas nos manuais estudados nos grandes centros do saber, localizados na Europa ou no Estados Unidos. Assim, o entendimento destes construtos teóricos da heterogeneidade estrutural, a deterioração dos termos de troca e a inflação estrutural foram basilares para o crescimento ocorrido no Brasil naquele período.

Nesse sentido, o próximo tópico procura demonstrar os efeitos políticos práticos desse desenvolvimento teórico discorrido até aqui.

### 3.1 ERA DESENVOLVIMENTISTA – APOGEU E QUEDA

Para narrar o período que ficou conhecido como a Era Desenvolvimentista na história econômica brasileira, antes, é necessário contextualizar o que estava ocorrendo no mundo para, então, trazer à realidade brasileira. No Brasil, esse período é inaugurado com a chamada “Revolução de 1930”, na qual ocorre o rompimento da Política de Café com Leite – período no qual representantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam na presidência. Essa ruptura teve como fundamento a insatisfação com a política de valorização do café, que prejudicava as finanças nacionais e contava na base de apoio com os intelectuais e, sobretudo, com o movimento tenentista do qual saiu o maior líder, Getúlio Vargas. Tal movimento apresentava uma preocupação com a situação social do Brasil naquele momento, pós crise de 1929, que era exposta pelo lema “Façamos a revolução pelo voto antes que o povo faça pela violência”, já uma clara menção aos movimentos socialistas internacionais que amedrontavam a elite nacional.

No cenário internacional, o *New Deal* nos Estados Unidos, o *Welfare State*, na Europa, sob influência direta do Keynesianismo, e os grandes projetos de obras públicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram sinais claros da necessidade de uma maior intervenção estatal para conduzir e regular a economia, ainda fragilizada pela crise de 1929. Desse modo, Limoncic (2003) sugere que o início do apoio direto por parte dos Estados Unidos aos países de sua zona de influência ocorreu devido ao risco relacionado com a possibilidade de países do terceiro mundo avistar no crescimento soviético um exemplo positivo de como sair da crise e alcançar o desenvolvimento econômico e, sobretudo, social. Dessa forma, para Limoncic (2003), os EUA passaram a ver um Estado ativo e interventor, que promovesse o desenvolvimento nacional, como bem visto na periferia do capitalismo como forma de coibir possíveis insurgências comunistas e, para tanto, o Brasil de Vargas passou a ser foco de investimentos diretos em setores chaves.

Desse modo, Filgueiras (2012) enxerga que o período de crescimento durante os próximos 50 anos, entre 1930 e 1980, teria sido conduzido pelo padrão de desenvolvimento voltado para a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), sendo este dividido basicamente por dois blocos temporais, com estratégias distintas. Para este autor, o primeiro bloco iria da “Revolução de 1930” até o suicídio de Getúlio Vargas (1930 – 1954), passando pelos dois governos de Vargas e marcado pelo nacional desenvolvimentismo. O segundo bloco iria do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek (JK), até o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo da Ditadura Militar, sendo marcado pelo desenvolvimentismo associado-dependente.

No bloco do nacional desenvolvimentismo, segundo Leopoldi (2003), o governo de Vargas, na sua primeira fase, procurou, primeiramente, equilibrar a situação do café no mercado internacional, ao mesmo tempo que procurava diminuir a dependência do modelo agroexportador. Em relação ao café, Leopoldi (2003) destaca alguns pontos importantes, como a criação do Departamento Nacional do Café, em 1933, com vistas à regular e operar a política do café, a quota do sacrifício na qual um percentual da produção nacional era deliberadamente queimado para regular a oferta do mesmo no comércio internacional, além da progressiva abertura de novos mercados para o café nacional. No entanto, foi na

política industrial que o primeiro governo de Vargas focou esforços para superar a dependência do modelo agroexportador e aproveitar a conjuntura internacional, ainda se recuperando da crise de 1929, e favorecer a indústria nacional, com incentivos a substituição de importações, como pode ser ilustrado pela tabela abaixo:

Tabela 1 – Taxas de crescimento entre 1929 e 1945

Taxas de crescimento 1929 - 1945 (%)			
Período	Produção industrial	PIB	Importação de bens de capital para a indústria
1929-1932	0	0,3	-31,7
1933-1936	14,1	7,4	41,0
1937-1941	8,3	4,5	-5,5
1942-1945	4,3	1,8	-1,1

Fonte: Adaptado de Suzigan (1975).

Este período foi marcado por um forte crescimento com base no setor industrial, favorecido por medidas de proteção à indústria nacional, como a reforma tarifária de 1934, que proporcionou um aumento em torno de 15% de tarifas específicas, medidas cambiais, que visavam regular a taxa de câmbio e as importações, política fiscal expansionista, com déficits públicos constantes, política monetária expansionista, com ampliação do crédito, além do enfrentamento a crise da balança de pagamentos.

Desse modo, o governo Vargas procurou consolidar a indústria de bens tradicionais, além de fomentar a infraestrutura industrial com o desenvolvimento da indústria de base, como com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, e, mais tarde, a própria Petrobras, em 1953. Estas iniciativas estavam alinhadas com as soluções projetadas pelos pensadores da CEPAL, ao solucionarem, de forma autônoma, os gargalos nos setores da siderurgia, hidroelétrica e petróleo. No entanto, alguns autores, como Leopoldi (2003), apontam que não se sustenta a ideia da existência de um projeto varguista de desenvolvimento, que serviu de base para as políticas daquele período e, ainda, as associam apenas como conjunturais ou, no máximo, como fruto da oscilação entre aproximações com o governo dos EUA ou da Alemanha nazista, que teve um aumento como destino das exportações brasileiras através do acordo de compensação, sobretudo naqueles produtos que não eram exportados para os EUA. Todavia, é clara a

intencionalidade de Vargas, que, sob influência positivista antiliberal e antissocialista, buscou a consolidação de novos pactos políticos, com vistas a transformar a infraestrutura produtiva, para superar a crise de 1929 tendo o Estado como um agente impulsionador dessa mudança ao alavancar a atividade produtiva, infraestrutura e concessão de crédito.

Por conseguinte, o artigo de Mollo e Fonseca (2013) traz uma importante contribuição para o entendimento da visão de Prebisch do desenvolvimentismo, em alinhamento com o proposto por Vargas. Em suas palavras:

Significa um esforço deliberado de atuar sobre as forças da economia a fim de acelerar seu crescimento, não pelo crescimento em si, mas como meio de conseguir um melhoramento persistente da renda nos grupos sociais de rendas inferiores e médias, e sua participação progressiva na distribuição da renda global (PREBISCH, 1961, p. 35).

O objetivo dos principais agentes envolvidos neste cenário era a industrialização, mas não como fim em si mesmo e sim por ser a alavanca necessária para trazer o desenvolvimento aos países da AL (MEDEIROS, 2016). Desse modo, ao defender um olhar para dentro das especificidades nacionais, Getúlio Vargas inaugura o período desenvolvimentista no Brasil de forma autônoma e emancipatória.

Já no segundo período do padrão de desenvolvimento, caracterizado por Filgueiras (2012) pela industrialização via substituição de importações, o cenário externo é de fato modificado ao final da Segunda Guerra Mundial, com a ausência da ameaça nazista, mas, por sua vez, tem o fortalecimento da disputa entre o EUA e a URSS, configurando o mundo bipolar e a Guerra Fria no contexto internacional.

Essa modificação é um elemento chave, uma vez que o governo de JK não poderia contar com os mesmos incentivos encontrados no início da Era Vargas e teria que condicionar o crescimento da economia nacional à entrada de investimento estrangeiro, essencialmente através da entrada de empresas multinacionais para explorar o mercado interno. Desse modo, JK encontrou na formação da aliança entre o Estado brasileiro, a empresa privada nacional e o capital externo a coalizão necessária para retirar do papel o seu Plano de Metas e viabilizar o crescimento da economia, bem como consolidar o processo de

industrialização brasileira. Para tanto, Belluzzo, na apresentação do livro de Carlos Lessa – 15 anos de política econômica (1982) – sacramenta:

Juscelino ganhou as batalhas que Getúlio concebeu, o "desenvolvimentismo" como projeto de um capitalismo nacional cumpriu seu destino através do Plano de Metas: integrou definitivamente a economia brasileira ao movimento de internacionalização do capitalismo. Neste sentido, Juscelino perdeu as batalhas que Getúlio teria imaginado ganhar (BELLUZZO *apud* LESSA, C. 1982, p. 00).

Dessa forma, na visão de Belluzzo, o governo de JK logrou em completar o processo de industrialização brasileira, com o desenvolvimento do departamento II da economia marxista e kaleckiana, dos produtos de bens de consumo. Todavia, segundo o próprio Belluzzo, o mesmo governo de JK fracassou em atingir esse objetivo através da associação dependente, junto ao capital externo que tanto teria sido renunciada por Vargas.

No entanto, esta seria a sina do desenvolvimentismo nos períodos subsequentes, uma vez que o retorno do trabalhismo, com João Goulart, conhecido popularmente como Jango, e das reformas de base foi abortado pelo Golpe Militar, de 1964. Dessa forma, conforme ilustrado pela tabela a seguir, é a partir dos anos de 1960, particularmente após o ano de 1968, que a dívida externa brasileira explode para níveis nunca antes atingidos. Segundo Cruz (1998), a justificativa da época se dava na condição ainda incipiente da industrialização, sendo esta uma industrialização truncada, assim como posto pelos CEPALINOS, na qual apresentava setores avançados, enquanto outros ainda eram carentes de investimentos e dado a restrição interna de pouca formação de poupança, a única saída era o endividamento externo, como forma de manter o desenvolvimento nacional alavancado. A partir dessa justificativa, exposta por Cruz (1998), o endividamento passou a ser visto apenas como um empecilho menor para alcançar o bem maior, que era manter o vigor de uma economia ainda em desenvolvimento.

Tabela 2 – Evolução da dívida externa bruta e das reservas internacionais entre 1960 e 1980 (US\$ 10\*)

Evolução da dívida externa bruta e das reservas internacionais entre 1960 e 1980 (US\$ 10*)		
Ano	Dívida externa bruta	Reservas internacionais
1960	3,1	0,3
1961	3,1	0,5
1962	3,2	0,3
1963	3,2	0,2
1964	3,1	0,2
1965	3,5	0,5
1966	3,7	0,4
1967	3,4	0,2
1968	3,8	0,3
1969	4,4	0,7
1970	5,3	1,2
1971	6,6	1,7
1972	9,5	4,2
1973	12,6	6,4
1974	17,2	5,3
1975	21,2	4,0
1976	26,0	6,6
1977	32,0	7,3
1978	43,5	11,9
1979	49,9	9,7
1980	53,9	6,9

Fonte: Adaptado de Cruz (1998) \* US\$ 10<sup>9</sup>.

Para Cruz (1998), o saldo para o governo de JK, com o Plano de Metas, é positivo, apesar do preço pago através do crescente endividamento e da questão não resolvida da inflação.

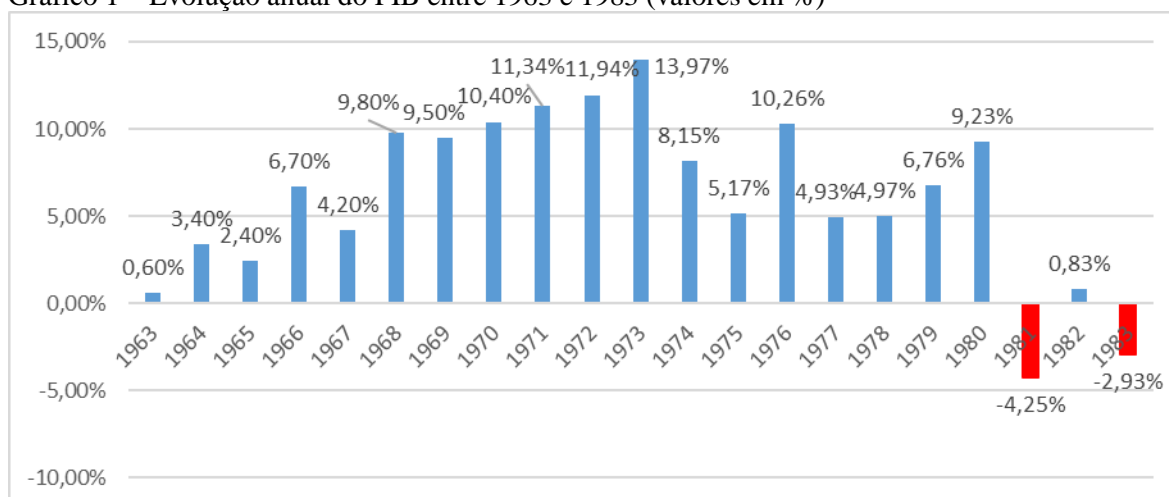
Esses dois pontos são fundamentais para a continuação do período desenvolvimentista, visto por Filgueiras (2012) como associado dependente, pois está diretamente vinculado com o início do declínio desse período tão vigoroso de crescimento econômico na realidade brasileira.

Na continuação desse período, o governo militar, segundo período no qual o desenvolvimentismo é conduzido por líderes não democráticos, uma vez que já havia

ocorrido a Ditadura do Estado Novo, sob comando de Vargas, a política econômica mantém o caráter desenvolvimentista, diferentemente do que ocorreria com o Chile de Augusto Pinochet, que assumiu o pragmatismo neoliberal desde o início. Essa manutenção pode ser justificada, pois assim como Vargas, os militares possuíam formação positivistas, ou seja, antissocialista e antiliberal. Algumas iniciativas desse período, relacionadas ao apoio à política industrial, foram as criações dos Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), em 1964, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), em 1964, o Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas (FINEP), em 1965, e o Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas (FIPEME), em 1964. Todos com um caráter de manter a participação do Estado central na condução do progresso econômico. Entretanto, o desenvolvimentismo, nesta fase, estava muito mais vinculado aos interesses das grandes corporações e, portanto, ao interesse dos EUA.

Nesse durante, a primeira década sob o regime militar, o país logrou grandes resultados econômicos, como demonstrado no gráfico a seguir, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) naquele período, mesmo diante de crises externas, como o primeiro choque do petróleo.

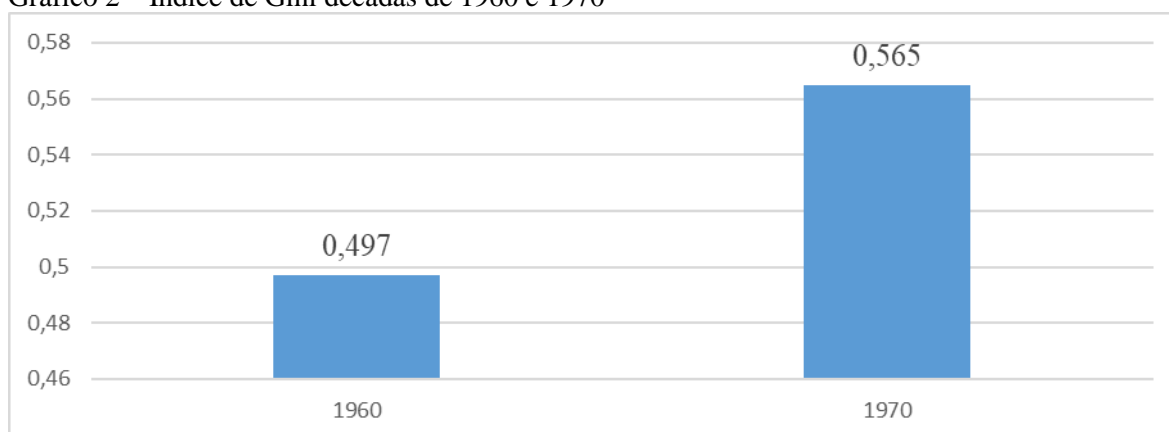
Gráfico 1 – Evolução anual do PIB entre 1963 e 1983 (valores em %)



Fonte: Adaptado Infográfico (2021).

Contudo, conforme já mencionado acima, todo esse crescimento foi associado a custos sociais muito significativos para a população, principalmente para a grande massa de trabalhadores urbanos, devido a política salarial em vigor, que via seu poder de compra corroído pela inflação cada vez maior, enquanto a política econômica central continuava priorizando o lucro das empresas. O resultado dessas escolhas pode ser refletido no gráfico a seguir que mostra o aumento no índice de Gini – uma medida utilizada na análise econômica para auferir o estágio de desigualdade de uma economia. Desse modo, quanto mais próximo de um, mais a sociedade se aproxima da desigualdade completa. Assim, ao se analisar o Gráfico 2, constata-se que, mesmo diante de um crescimento vertiginoso durante a primeira década do regime militar, a sociedade ficou mais desigual, ou seja, o crescimento não foi para todos e não procurou reduzir as diferenças sociais já tão relevantes para a sociedade brasileira e tão buscada pelos intelectuais do desenvolvimentismo econômico, sobretudo da CEPAL.

Gráfico 2 – Índice de Gini décadas de 1960 e 1970

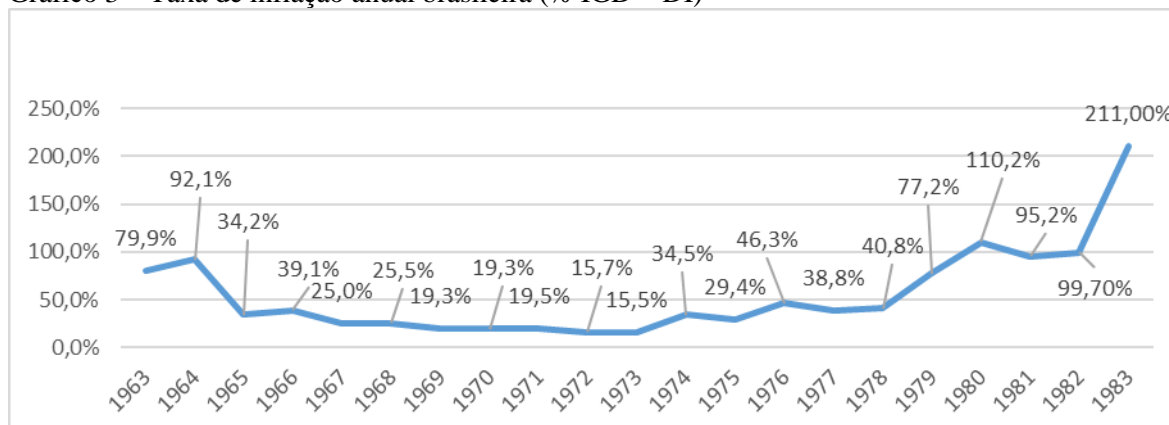


Fonte: Adaptado Infográfico (2021).

Inclusive, dentro de um contexto de ditadura militar, o diagnóstico e, portanto, as proposições de soluções desenvolvidas por pensadores originais da Escola Estruturalista e associados à CEPAL foi gradualmente sendo escanteado, contando até com o exílio de Celso Furtado, em 1964.



Gráfico 3 – Taxa de inflação anual brasileira (% IGD – DI)



Fonte: Adaptado Infográfico (2021).

Essa ausência de pensadores heterodoxos levava a condução da política econômica cada vez mais aos pressupostos ortodoxos e mais alinhados aos interesses do EUA, tanto que o arrocho fiscal sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que já havia sido sugerido a quase todos os países da América do Sul, teve um efeito inócuo ou, no mínimo, muito aquém do esperado. Nesse sentido, nessa fase do desenvolvimentismo, apesar de alguns avanços no setor bancário, inclusive com a criação do Banco Central do Brasil (BC), o Estado pouco conseguiu resolver, tanto o problema do financiamento, como a questão da inflação persistente.

Assim, o desenvolvimentismo passa a ser visto como uma estratégia desajustada e antiga, com um alto grau de dependência em relação ao Estado e com problemas estruturais de difíceis soluções.

### 3.2 NEOLIBERALISMO: DA ASCENSÃO AO ESGOTAMENTO

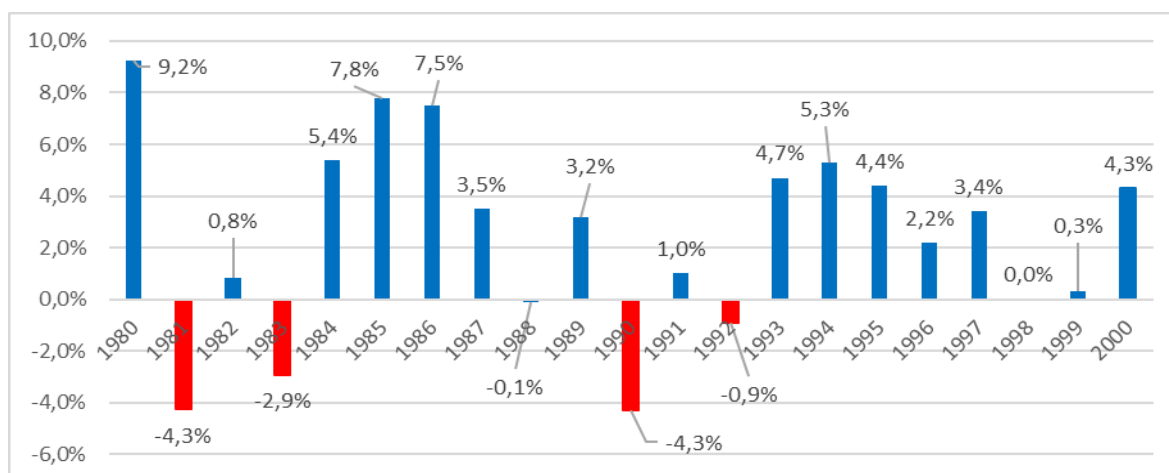
O objetivo dessa parte do trabalho é ilustrar como o projeto do neoliberalismo foi vendido para os países do terceiro mundo, sobretudo na América Latina, como sendo uma estratégia moderna, na qual poderia superar o subdesenvolvimento sem depender do Estado nacional como agente condutor deste processo de crescimento.

Para tanto, Filgueiras (2013) entende que a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello marcou de forma abrupta o início da liberalização comercial e, também, financeira, além de um amplo processo de privatizações do enorme ativo público desenvolvido ao longo dos anos de desenvolvimentismo. Desta forma, para Filgueiras (2013), estava posto o fim do padrão de desenvolvimento por substituição de importações, ao passo que era inaugurado o modelo neoliberal periférico sem a menor contestação por parte dos intelectuais remanescente, de tal forma que:

O “marketing” das ideias neoliberais foi tão bem feito que, além de sua identificação com a modernidade, permitiria incluir no “Consenso de Washington”, com toda naturalidade, a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se devem apenas à visão, à iniciativa e à coragem dos seus novos líderes. O que vinha de fora emerge transmutado em algo que teriam resolvido fazer por decisão própria, no interesse de seus próprios países e sem pedir reciprocidade, compensação ou ajuda. Com o que perdiam, “*pour cause*”, o direito a pleitear uma ou outra coisa. Ganhou (BATISTA, 1995, p. 120).

Todavia, é importante contextualizar que tal movimento não ocorreu exclusivamente no Brasil, sendo fruto do processo de globalização ocorrido no mundo todo após a queda do muro de Berlim, o que, também, simbolizou o fim da Guerra Fria e a vitória do regime neoliberal frente a qualquer outra possibilidade de modelo de desenvolvimento econômico. Uma das consequências desse processo pode ser visualizada no gráfico a seguir, no qual o PIB apresenta um crescimento entre os anos de 1980 e 2000 pífio, de 2,4% em média, segundo o Infográfico (2021).

Gráfico 4 – Evolução anual do PIB entre 1980 e 2000 (valores em %)



Fonte: Adaptado Infográfico (2021).

Assim mesmo tendo logrado acabar com a inflação estrutural que assolava o país a partir do Plano Real, a estratégia adotada de liberalização comercial e financeira, conjuntamente com o programa de privatizações das estatais, não apresentou grandes efeitos no PIB durante o mesmo período. Este fenômeno é entendido por Lima (2017) como consequência da maneira como a estratégia neoliberal foi implementada no Brasil, de forma totalmente desmedida, e, com a entrada de capitais sem direcionamento para solucionar os problemas estruturais internos.

É importante destacar as mudanças estruturais impostas pelo novo modelo econômico neoliberal. Para Filgueiras (2013), foram em torno de cinco áreas basicamente, sendo elas: 1) relação capital/trabalho, 2) relação entre as distintas frações do capital, 3) a inserção internacional (econômica e financeira) do país, 4) a estrutura e o funcionamento do Estado e 5) as formas de representação política. Nesse sentido, o fim do modelo de substituição de importações não representou apenas o fim de uma estratégia de desenvolvimento e sim todo um arranjo de organização econômica, política e, sobretudo, social.

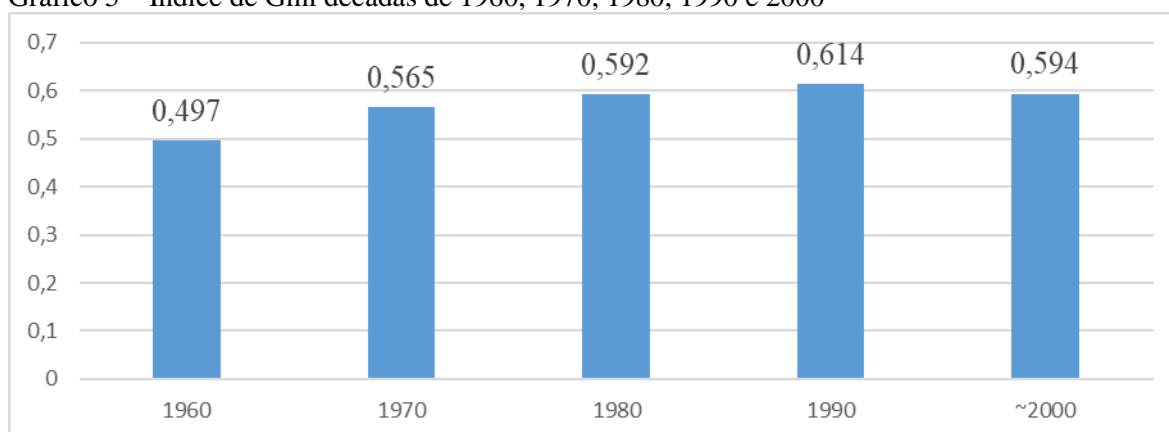
Em relação ao comércio internacional, fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro diante do processo de globalização, Lima (2017) destaca que a globalização apresenta substancialmente duas formas de inserção para as economias periféricas no comércio internacional, sendo elas: 1) a globalização financeira; e 2) a globalização produtiva.

Sobre a primeira forma, vale ressaltar que o fenômeno da financeirização não é único e nem uniforme, portanto este processo é diferente quando ocorre nos países centrais e quando ocorre nos periféricos. Para compreender a financeirização nos países do sul global, faz-se necessário analisar a dinâmica internacional da financeirização, que, geralmente, é analisada apenas pelo aspecto quantitativo; o aumento dos fluxos de capitais. Entretanto, este aspecto vai além disso para as economias periféricas, ou seja, não envolve apenas o aumento dos fluxos de capital, envolve, também, uma mudança na qualidade desses fluxos, uma mudança na relação entre os agentes domésticos e o mercado financeiro internacional, e como as economias se integram internacionalmente. Essas economias mais fragilizadas e menos privilegiadas se tornam ainda mais vulneráveis a choques externos,

em que as suas políticas macroeconômicas se tornam subordinadas, acarretando a geração de cadeias de dependência. Então, como consequência, estas economias desaguam em um processo de instabilidade financeira e em maior concentração de renda. Exemplo desse cenário são as crises financeiras ocorridas no México, em 1994, na Ásia, em 1997, na Rússia, em 1998, e na Argentina, em 2001, além de no próprio Brasil. Todas essas crises foram fruto dos desdobramentos de ataques especulativos sobre suas economias tão vulneráveis.

No aspecto social, o neoliberalismo consegue diminuir o avanço do índice de Gini, que na década de 1990 alcança seu auge, mas, mesmo assim, ainda é muito superior do que aquele existente no primeiro modelo do padrão de nacional desenvolvimentismo, até os anos 1960, conforme ilustrado a seguir:

Gráfico 5 – Índice de Gini décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000



Fonte: Adaptado Infográfico (2021).

Já em relação à globalização produtiva, os mecanismos importantes para o avanço da internacionalização produtiva são o Investimento Estrangeiro Direto (IED) – quando a empresa produz diretamente no país hospedeiro – e as relações contratuais – quando faz um residente produzir. Então, nesse novo cenário de flexibilização dos fluxos financeiros houve o fomento à abertura de mercados para reduzir, ainda mais, as barreiras ao comércio internacional, fundamental para garantir o processo de acumulação por partes dos grandes *players* do mercado.

Nesse sentido, a tecnologia, também, demonstrou ser um aspecto fundamental para o avanço e a consolidação da globalização produtiva, uma vez que ela modifica as relações entre o capital e o trabalho de forma quase indelével. Em vista disso, as oportunidades geradas pelas novas tecnologias foram usadas pelos grupos, tanto para organizar seus processos de internacionalização, quanto para modificar as relações com a classe operária, em particular no setor industrial. Assim, essas novas tecnologias e as mudanças impostas à classe operária em termos de intensidade e precariedade de trabalho permitiram que as empresas transnacionais constituíssem áreas de salários baixos e poucas proteções sociais na proximidade dos grandes polos. Chesnais (1995) afirma que a fase da mundialização (outro termo para globalização) do capital inclui uma progressão quantitativa e qualitativa do movimento de centralização e concentração do capital industrial. Esse movimento vem se desenvolvendo há muito tempo, impulsionado pelas exigências da concorrência aos grupos mais fortes, no sentido de arrebatar das firmas absoldidas as suas fatias do mercado e reestruturar suas capacidades produtivas – fato este sendo favorecido pelas políticas liberalizantes de desregulamentação e de privatizações. A liberalização das trocas e, principalmente, a constituição de conjuntos continentais de zonas de livre comércio ou “mercados únicos” foram mais benéficas para as empresas transnacionais do que para qualquer outra categoria de firmas. A subcontratação internacional veio aumentar os fluxos de troca entre as filiais, fazendo com que as empresas transnacionais fossem as organizações a estruturar o intercâmbio externo dos países onde estavam operando (CHESNAIS, 1995).

Assim, esse processo que ficou conhecido como globalização produtiva acabou por aprofundar as assimetrias que já eram existentes, mas num grau jamais imaginado, por não só concentrar novos arranjos produtivos em certas regiões, como por tornar ineficientes arranjos produtivos em outras regiões que não conseguissem se inserir na cadeia produtiva global com produção de itens com certo valor agregado.

Dessa maneira, o processo de desindustrialização, que vem ocorrendo desde a década de 1980, pode ser associado não apenas à crise estrutural do capital, conforme demonstrado, mas também à financeirização das atividades econômicas, que têm redesenhado todo o

quadro do poder econômico e político mundial por meio do próprio processo de globalização e da liberalização financeira/econômica.

De forma concluinte, no cenário brasileiro, altamente influenciado pelos ideais neoliberais está posto que nas atuais condições do capitalismo essa inclinação da política macroeconômica é claramente desfavorável ao desenvolvimento industrial. Portanto, fundamental no processo de desindustrialização que afeta nossa economia e, um dos elementos em que a Teoria Novo Desenvolvimentista, foco do próximo bloco, procura explorar para desenvolver arranjos com vista a superar essa situação.

## **4 APRECIÇÃO SOBRE A TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA**

Nesta etapa do trabalho as ideias levantadas pela Teoria Novo Desenvolvimentista serão apresentadas a partir de seus principais expoentes teóricos e, posteriormente, confrontadas a partir de divergências manifestadas por pensadores de outras correntes teóricas que dialogaram apoiada com alguma análise teórica.

### **4.1 AFLORAMENTO DA TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA**

O novo desenvolvimentismo surge para buscar atender o anseio por parte da sociedade, que deseja progredir economicamente tal qual no período em que o nacional desenvolvimentismo esteve no predomínio enquanto corrente econômica. Dessa forma, Bresser-Pereira (2012) introduziu o estudo do novo desenvolvimentismo, com o intuito de formular estratégias nacionais para o desenvolvimento dos países de renda média da AL. Estes países passaram por uma experiência econômica bem-sucedida a partir da década de 1930, até os anos de 1980, após a tentativa fracassada conduzida pelo setor ligado ao neoliberalismo, conforme demonstra a tabela a seguir e, também, após a tentativa conduzida por representantes da esquerda que, implementaram as diretrizes do social desenvolvimentismo que, também, apresentou falhas, apesar de avanços em determinadas áreas. Logo, seria necessária uma estratégia que conduzisse as economias destas nações, tal como foi experimentado durante o período do predomínio do nacional desenvolvimentismo.

Tabela 3 – Crescimento médio anual do PIB *per capita*

<b>Período</b>	<b>% (preços de 2003)</b>
1950-1959	4,00
1960-1969	3,10
1970-1979	5,90
1980-1989	0,90
1990-1993	-1,28
1994-2003	1,00

Fonte: Adaptado Bresser-Pereira (2004).

Por conseguinte, era necessário explicar o porquê a simples adoção das antigas práticas conduzidas no período do nacional desenvolvimentismo não são mais válidas para alcançar as mesmas taxas de crescimento daquele período (entre 1950 e 1979 da Tabela 3). Para tanto, Bresser-Pereira (2012, 2016a) relembra que o nacional desenvolvimentismo estava baseado na estratégia da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) tendo a proteção do mercado interno como um mecanismo fundamental, que fazia sentido num momento inicial, durante as décadas iniciais. Entretanto, após um dado momento no estágio de crescimento e amadurecimento da indústria nacional, não se justifica mais esse tipo de proteção por causar um efeito inverso do desejado, pois, ao invés de fortalecer a indústria nacional para competir no comércio internacional, essa medida acaba por fragilizar em demasia as empresas, devido a acomodação que essa garantia oferece. Da mesma forma como era entendido por List, conforme a seguinte passagem:

A medida é justificável somente até o momento em que a força manufatureira for suficientemente forte para não mais temer a concorrência estrangeira; e daí em diante, somente até quando ela for necessária para defender e proteger a força manufatureira interna em suas próprias raízes [...] Tampouco é necessário que todos os setores da indústria sejam protegidos no mesmo grau. Somente os setores mais importantes requerem proteção especial – os que exigem alto capital para implantação e administração, muita maquinaria, e portanto muito conhecimento técnico, habilidade profissional, experiência, e muita mão-de-obra, e cujos produtos são artigos de primeira necessidade, sendo portanto da máxima importância no que tange ao seu valor total e à autonomia nacional [...] Se esses setores forem devidamente protegidos e desenvolvidos, todos os outros setores manufatureiros menos importantes conseguirão desenvolver-se em torno dos setores mais importantes, bastando para tais setores um grau de proteção menor (LIST, 1983, p. 125 - 126).



A partir do exposto, Bresser-Pereira (2012) procura fazer um contraponto entre o desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo para expor as principais diferenças existentes no atual cenário econômico que os países de renda média da AL se encontram. Bresser-Pereira (2012) identifica cinco pontos com diferenças entre o nacional desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo, todos relacionados ao "fato de que muitos países continuam se desenvolvendo, mas já deixaram de ser pobres e se transformaram em países de renda média" (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 45).

Quadro 2 – O antigo e o novo desenvolvimentismo

Antigo desenvolvimentismo	Novo desenvolvimentismo
1. A industrialização é baseada na substituição de importações.	1. Crescimento baseado na exportação combinada com um mercado interno forte.
2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3. A política industrial é central	3. A política industrial é subsidiária.
4. Atitude mista em relação aos deficits orçamentários.	4. Rejeição dos deficits fiscais.
5. Relativa complacência com a inflação.	5. Sem complacência com a inflação.

Fonte: Adaptado de Bresser-Pereira (2012).

O primeiro ponto lembra que o nacional desenvolvimentismo tinha como eixo central a política industrial, através da ISI, e o atendimento do mercado interno. Já o novo desenvolvimentismo propõe uma adequação dessa estratégia, pois o atual estágio de complexificação das indústrias não justifica mais esse tipo de indução, tal como preconizava List (1983). Dessa forma, a proposta é proporcionar um crescimento com base nas exportações, mas sem deixar de aproveitar o valioso mercado interno. No entanto, para conseguir atuar fortemente no comércio internacional é necessário adequar a taxa de câmbio, que no novo desenvolvimentismo é um dos principais preços macroeconômicos, responsável por controlar a doença holandesa, que, quando não mitigada, provoca a apreciação do Real e, conseqüentemente, torna mais penosa a atuação na fronteira tecnológica. Assim, por efeito bola de neve, a atuação nesses setores se torna desinteressante, sendo um dos motivos da desindustrialização que ocorre hoje no Brasil analisada no tópico anterior. Cabe ressaltar que o setor industrial é de suma importância para a independência econômica da nação, em virtude de ele ser o responsável pelo maior volume de valor agregado dentro da lógica de deterioração dos termos de troca.

O segundo ponto diz respeito a postura que o Estado teve no nacional desenvolvimentismo - "o Estado também desempenhava um papel crucial na promoção da poupança forçada, contribuindo assim para os processos de acumulação primitiva dos países" (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.48). Dessa forma, o papel central na formação de poupança e na realização de investimentos se justificava pela improvável disposição da quantidade necessária de recursos, pela burguesia nacional, para financiar os investimentos previstos. Entretanto, Bresser-Pereira e Gala (2007) entendem que a burguesia nacional já superou a fase da acumulação primitiva do capitalismo e já possui ótimos níveis de poupança. Dessa maneira, caberia ao Estado criar oportunidades e condições seguras de investimentos. Ainda nessa linha, também caberia ao Estado desenvolver políticas voltadas para a redução das desigualdades econômicas, que ainda é um traço marcante nos países de renda média e que tem consequências nefastas, sobretudo na área de segurança pública, que também vai implicar na qualidade de vida da população desses países.

A preponderância que a política industrial ocupava no nacional desenvolvimentismo era justificada naquela época, uma vez que a criação de um setor industrial era central para puxar o crescimento econômico e, desta forma, dinamizar toda a economia. É válido acrescentar que a política industrial central poderia satisfazer a todos os ramos empresariais daquele momento, uma vez que aquele cenário não possuía tanta diversificação quando comparado ao atual cenário. Ao entender a transformação ocorrida neste cenário econômico, o novo desenvolvimentismo traz o terceiro ponto, no qual enxerga que a política industrial continua importante, entretanto o mais importante e estratégico para a economia nacional seria uma política macroeconômica eficiente, com um equilíbrio fiscal, taxa de câmbio competitiva e taxa de juros adequada para incentivar o investimento, não só do setor industrial, mas em toda a economia nacional, atendendo toda a complexa diversificação empresarial.

Todavia, ressalta a teoria novo desenvolvimentista que em determinados setores de cunho estratégicos para a economia nacional cabe o apoio do Estado para desenvolver políticas específicas, visando o ganho de musculatura necessária para competir em mercados internacionais.

Na interpretação de Bresser-Pereira (2012) e Oreiro e Marconi (2016b), o próximo ponto foi fruto de uma leitura mais fidedigna do legado de Keynes, pois o novo desenvolvimentismo não consente nenhuma forma de déficits fiscais. A única exceção é quando o Estado deveria agir de forma anticíclica, em momentos de recessão, para retomar o mesmo nível de crescimento que ocorria no período anterior. A crítica que o novo desenvolvimentismo faz é de "rejeita[r] a noção enganosa de crescimento baseado principalmente na demanda e nos déficits públicos" (BRESSER-PEREIRA, 2012, p.49). Nessa mesma linha, segundo Bresser-Pereira (2012), a teoria por detrás do nacional desenvolvimentismo sofreu uma distorção e se tornou permissiva demais com déficits fiscais e orçamentários, a ponto de se configurarem como déficits crônicos. E isso, além de não está alinhado com a teoria de Keynes, para o longo prazo, que era o suporte teórico nesse ponto, ainda contribui para o enfraquecimento do Estado, tornando-o vulnerável a medidas prejudiciais para corrigir essa falha.

Para os novos desenvolvimentistas não só o superávit é importante, como também a formação de poupança pública (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007). Oreiro e Marconi (2016b) explicam que em momentos de crescimento econômico, o Estado deve assumir uma postura mais estratégica e cautelosa nos gastos públicos, para que a sua intervenção de forma mais contundente na economia, quando necessária, seja eficaz para gerar os impactos positivos esperados. A justificativa dessa postura é explicada, pois caso o Estado esteja sempre presente na economia de forma significativa, quando ocorrer uma recessão ou um período de baixo crescimento este não poderá aumentar, ainda mais, sua participação na economia, uma vez que estaria estrangido pela situação fiscal.

Este ponto é crucial para o debate, pois estabelece linhas tênues, porém com resultados bastantes significativos e diferentes. Os novos desenvolvimentistas atribuem a prática do déficit público crônico aos populistas fiscais, pois, ao ter um objetivo imediatista, põe em cheque a saúde financeira do Estado e o deixa ao alcance dos credores externos, configurando-se como "uma versão vulgar do Keynesianismo, uma espécie de expansão fiscal perpétua como alavanca para o crescimento de longo prazo" (OREIRO; MARCONI, 2016b, p. 174). Ainda nessa linha, outro debate é estabelecido sobre a forma de financiar o

crescimento da nação. De um lado, tem-se a possibilidade do financiamento externo, via poupança externa e, do outro, através da poupança nacional. Este debate será aprofundado mais à frente, quando o novo desenvolvimentismo será confrontado com outras correntes de pensamento.

O quinto e último ponto levantado por Bresser-Pereira (2012) é exposto pelas diferentes formas com as quais o nacional desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo tratam a taxa de inflação. Enquanto o nacional desenvolvimentismo atuava de uma forma um tanto quanto irresponsável perante à inflação, com a justificativa relacionada a característica de que o mercado naqueles países atuava com falhas, refletindo em uma inflação constante e persistente, para o novo desenvolvimentismo "os mercados não são tão imperfeitos, e a experiência mostrou que a inflação pode se transformar em uma maldição" (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 50). Dessa forma, não tolera a inflação e busca mantê-la no nível mais baixo possível. No entanto, cabe um maior detalhamento de como esse objetivo deve ser atingido.

Este último ponto coloca em evidência as diferenças básicas entre os dois desenvolvimentismos residentes na questão da evolução do mercado ao longo do tempo. Diante disso, é necessário uma série de adaptações das estratégias diante de um mercado com características totalmente diferentes daquelas existentes no período de domínio do nacional desenvolvimentismo. Ademais, o novo desenvolvimentismo não pode ser visto apenas como uma "modernização" do nacional desenvolvimentismo, pois, apesar de seguir o mesmo ramo do pensamento econômico, possui traços de uma nova teoria econômica inserida no seu tempo e espaço.

A próxima parte tem o intuito de analisar as críticas realizadas por proponentes do pensamento neoliberal e, também, identificar os pontos de deficiência da teoria para que possam ser desenvolvidos no futuro.

## 4.2 INTERLOCUÇÃO COM A ORTODOXIA CONVENCIONAL

Como já introduzido pelo quarto ponto do tópico passado, em algumas áreas, o arcabouço teórico da teoria novo desenvolvimentista possui semelhanças com práticas adotadas por outras correntes de pensamento econômico, o que provoca várias críticas, mas que, definitivamente, oferecem resultados bastante diferentes.

Um dos grandes aspectos dessa discussão se refere ao rigor na condução da política fiscal que o novo desenvolvimentismo defende. Se por um lado ele é acusado de ser quase ortodoxo, por outro chega a ser classificado como mais rigoroso do que até os postulados expostos por pensadores neoliberais, existindo uma explicação para cada perspectiva. Em Oreiro e Marconi (2016b), é apresentada a ideia de pensadores à esquerda do espectro político pratica uma versão distorcida dos ensinamentos de Keynes. Isso ocorreria ao promover uma expansão fiscal quase permanente, como forma de alavancar a economia, sem se darem conta dos riscos associados a essa prática. A principal fragilidade enxergada seria expor a saúde financeira do Estado, quando esta deveria ser protegida pelos recursos advindos da poupança pública e, por consequência, do superávit primário tão negligenciado por esta forma de ler a teoria geral de Keynes. Esta atitude, como já citada, pode ser configurada como uma forma de populismo, que, em virtude de objetivos, quase sempre de curto prazo, acaba por fragilizar a capacidade de ação e, sobretudo, de reação do Estado, em um momento de inércia do mercado.

Já como observado por Oreiro (2017b), os defensores do modelo neoliberal apontam que todo esse rigor na condução da política fiscal não é necessário, por penalizar demais a economia, sendo apenas o superávit primário suficiente para atender as necessidades, dado o atual estágio da economia nacional. Entretanto, esse tipo de argumento esconde o real interesse por detrás dessa justificativa, pois as propostas desses receituários econômicos visam apenas garantir a solvência do Estado, assegurando o pagamento dos juros da dívida existente. Portanto, esse argumento tem um cunho absolutamente rentista e visa provocar a dependência perpétua ao capital externo.

Pegando esse gancho, outra questão relevante e relacionada é como o desenvolvimento econômico deveria ser financiado: se por poupança externa ou por poupança interna. Sicsú (2002) traz importantes contribuições a este debate, ao analisar a relação da autonomia do Banco Central e a determinação da taxa de juros, assim como Bresser-Pereira e Gala (2007) e Bresser-Pereira e Nakano (2003), ao tratarem dos fatores e das condicionantes que permitem crescimento econômico com poupança externa.

A entrada de capitais ou de poupança externa tende a provocar apreciação cambial, aumento dos salários reais e das importações, dado que a variação do consumo em relação à remuneração dos trabalhadores e da classe média é em geral maior do que zero ( $\mu > 0$ ). Tende também, do lado da demanda, a reduzir exportações, investimentos, e poupança interna. Em consequência, temos uma substituição de poupança interna pela externa significativa (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007, p. 17).

Conforme o trecho acima, eles buscam demonstrar, de forma empírica, como o financiamento do crescimento econômico através de poupança externa não proporciona crescimento, mas sim um fenômeno negativo, que é a predação da poupança nacional. Esse fenômeno ocorre por que os recursos advindos da poupança externa são direcionados para o consumo, reduzindo a formação de poupança por parte das famílias. Entretanto, existem alguns casos em que a poupança externa proporciona crescimento. O Chile é um exemplo, tendo conseguido promover o crescimento através da poupança externa, quando "estabeleceu claros limites ao ingresso de capitais" (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003, p. 09), todavia foi por um curto período de tempo, quando a economia chilena estava crescendo muito e de forma muita rápida.

O ensinamento sobre a forma de financiamento do desenvolvimento pode ser ilustrado pela celebre frase formulada por Barbosa Lima Sobrinho, no título do seu livro de 1973 – "Japão: o capital se faz em casa" – que resume bem o entendimento do novo desenvolvimentismo a respeito desse tema (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007, p. 17). É importante ressaltar a condição de país de renda média, na qual o Brasil e outros países da AL estão inseridos, na qual considera o suposto que a burguesia destes países já dispõe de capital suficiente para promover um crescimento endógeno e autônomo. Portanto, poderia seguir o ensinamento destacado por Barbosa Lima Sobrinho – capital se faz em casa.

### 4.3 ANÁLISE A PARTIR DO SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO E CRÍTICAS A ESQUERDA

Da mesma forma que existem críticas e sugestões à direita do espectro político, também existem críticas e sugestões à esquerda. Assim, este tópico serve para esclarecer e evidenciar algumas dessas críticas, como forma de aprimorar a análise sobre a teoria novo desenvolvimentista.

Nesse sentido, existe outra corrente teórica, posteriormente classificada como social desenvolvimentista, que é bastante crítica às propostas de condução da política cambial defendida pelos novos desenvolvimentistas. Isso ocorre, pois para estes a taxa de câmbio, praticada hoje no Brasil, é artificialmente sobrevalorizada em decorrência da existência da doença holandesa na economia nacional que não é mitigada (BRESSER-PEREIRA, 2012). Devido este fenômeno, os novos desenvolvimentistas propõem uma taxa de câmbio administrada gravitando em torno da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, pois "a taxa real de câmbio apresenta uma tendência crônica à sobrevalorização devido a falhas de mercado como a doença holandesa" (OREIRO; MARCONI, 2016b, p. 169). Dessa forma, as empresas que atuam no limite da fronteira tecnológica não teriam suas atividades prejudicadas em virtude da barreira cambial. Nesse sentido, essa política é justificada partindo de pressuposto no qual ao beneficiar as empresas na fronteira tecnológica a economia nacional só tende a ganhar devido ao alto valor agregado intrínseco aos produtos desenvolvidos com alta inserção tecnológica.

Assim, como apontado por Unger, Jorge e Resende (2008), para o Brasil, que possui uma grande rede de médias e pequenas empresas, que vivem na fronteira da situação formal e informal, a adoção deste tipo de política seria de fundamental relevância. Mas, este cenário poderia ser muito melhor, caso fosse viabilizado a estas empresas acesso a novas tecnologias, que as garantisse uma maior competitividade no comércio internacional.

Todavia, os sociais desenvolvimentistas relatam que a depreciação do câmbio iria reduzir a participação do salário no consumo interno, afetando, inclusive, a demanda interna e,

sobretudo, a qualidade de vida da população brasileira. Mas, de acordo com Oreiro e Marconi (2016b), essa situação de fato ocorreria, no entanto seria um mal necessário para proporcionar o crescimento sólido e duradouro da economia nacional, ao estruturar o setor industrial de forma a competir por mercados externos. Ainda segundo Oreiro e Marconi (2016b), essa situação seria revertida em um relativo curto espaço de tempo, retornando à capacidade do poder de compra do momento anterior à mudança da política cambial, como, também, retornaria o poder de compra caso a mudança não tivesse ocorrido, ou seja, a manutenção dessa política só se justifica com uma visão de curto prazo. No longo prazo, a política cambial, proposta pelos novos desenvolvimentistas, beneficiaria o consumo interno ao desenvolver a capacidade produtiva nacional que estaria em condições de ofertar produtos com preços mais competitivos.

Há, ainda, a tentativa de dizer que com a redução do poder de compra dos salários, provocada pela administração da taxa de câmbio, resultaria na concentração de renda. No entanto, tal suposição não é coerente, pois o mesmo efeito que ocorre nos salários, também ocorre nas outras formas de rendimentos, como os ganhos advindos dos juros e renda de aluguéis. "Os impactos redistributivos da desvalorização cambial podem também ser (parcialmente) compensados pela introdução de mudanças na tributação" (OREIRO, 2016a, p. 5). Nesse sentido, Oreiro e Marconi (2016b) argumentam:

Aqui nos deparamos com o primeiro obstáculo político ao modelo novo-desenvolvimentista. Sua implantação envolve uma redistribuição de renda a favor dos lucros dos beneficiados pela desvalorização, enquanto os salários reais não se recuperarão de forma imediata e, portanto, haverá uma piora na distribuição funcional de renda. Não se trata, contudo, de um obstáculo intransponível. O efeito da desvalorização cambial sobre a distribuição funcional de renda pode ser compensado por uma combinação de impostos progressivos sobre rendimentos elevados (por exemplo, imposto sobre heranças, bens imóveis de alto valor) e lucros distribuídos, bem como pela diminuição dos ganhos financeiros por intermédio de uma redução significativa da taxa de juros, o que diminuiria a concentração da distribuição pessoal de renda. À medida que os investimentos se elevarem, a poupança doméstica continuará crescendo, e os superávits comerciais também continuarão a contribuir para essa elevação da poupança doméstica (OREIRO, J. L.; MARCONI, N., 2016b, p. 172).

Com isso, ficam esclarecidas as questões divergentes, também, com os setores mais ligados ao espectro político da esquerda.



Nessa mesma linha, o tópico seguinte busca continuar levantando as necessidades de melhores reflexões, a partir de uma visão dos próprios formuladores, de maneira a fomentar o amadurecimento da teoria.

#### 4.4 AUTOCRÍTICA

Há, ainda, alguns pontos que não necessariamente podem ser classificados como críticas, mas sim como lacunas do saber no desenvolvimento teórico produzido. Nesse sentido, os próprios expoentes da nova teoria revelam sua carência em um determinado setor, mas, antes, é necessário distinguir o novo-desenvolvimentismo até aqui concebido em três grandes subdisciplinas, sendo elas a economia política, a macroeconomia e a microeconomia.

Nas duas primeiras áreas já existe um alto grau de sofisticação dos elementos constituintes, inclusive por já serem bastante debatidos no meio acadêmico. A macroeconomia é a que apresenta o maior grau de evolução, justamente por ser o cerne da nova teoria, pois, ao alcançar a estabilização dos cinco preços macroeconômicos, o esperado é que a economia como um todo evolua em sentido ao desenvolvimento pleno e equilibrado. Para isso, Bresser-Pereira (2016b) entende que a taxa de lucro deve ser satisfatória para as empresas investirem em seus negócios na economia real, em detrimento da vida fácil proporcionada pelo rentismo, a taxa de juros deve permitir que a taxa de lucro seja viável e, ao mesmo tempo, auxilie o governo a administrar o custo da dívida pública, a taxa de câmbio deve operar para inibir o consumismo indiscriminado de itens importados, para não desequilibrar a balança de pagamentos, ao mesmo tempo buscar proporcionar o desenvolvimento de setores intensivos em tecnologia, que estejam no estado da arte mundial, a taxa de salários deve estar alinhada com a taxa de lucro e seu fator de aumento deve estar relacionado com o aumento da produtividade e, por fim, a taxa de inflação deve ser mantida nos menores níveis possíveis, pois pode colocar todo o trabalho em risco. A busca por esse comportamento é imprescindível, pois o mercado, naturalmente, não irá alcançar, tendendo, inclusive, a distorcer os preços macroeconômicos.

A economia política do novo desenvolvimentismo, menos aperfeiçoada, mas já possui claros pressupostos sacramentados pela academia, está dedicada a explicar a importância do estabelecimento do Estado-Nação como o eixo fundamental da economia, no contexto dos países latino-americanos situados na periferia do sistema capitalista mundial. Para tanto, Bresser-Pereira (2016b) remonta três itens básicos desenvolvidos pela economia política novo desenvolvimentista, como a formação do estado-nação, o papel das coalizões de classes desenvolvimentistas no processo de revolução industrial e capitalista e, principalmente, a crítica ao imperialismo moderno, que empurra as economias satélites a eterna dependência e conseqüente subordinação.

O primeiro item é imprescindível, pois, como já dito anteriormente e exposto ao longo do trabalho, o novo desenvolvimentismo parte do pressuposto de que o Estado-Nação é o elemento chave para promover o desenvolvimento de um país, ao coordenar os esforços para alcançar tal propósito, dessa maneira, seu fortalecimento é o caminho para se desprender das amarras impostas pelas nações desenvolvidas, visto que o cenário internacional é de constantes disputas. A formação da aliança interna é vital para criação do consenso nacional em torno do desenvolvimento, através do avanço capitalista e do *catch up*, para nossa sociedade poder usufruir das riquezas de nossa terra. Por último, a crítica ao imperialismo moderno é imperiosa, pois este, como praticado atualmente, disfarça-se de muitas formas para esconder a obviedade mais clara e manter os vínculos dependentista que em outro momento existiam no sistema colônia – metrópole.

Já a Microeconomia da Teoria Novo Desenvolvimentista ainda carece de um avanço significativo em seus postulados, por isso aqui reside a principal autocrítica da teoria. Entretanto, segundo Bresser-Pereira (2016b), a Microeconomia Novo Desenvolvimentista já apresenta alguns eixos basilares, contendo uma evidente correlação à Microeconomia Clássica, baseada na teoria do valor-trabalho e na tendência à equalização das taxas de lucro. A microeconomia novo desenvolvimentista “trabalha com os conceitos de mudança estrutural, de transferência de mão de obra para setores mais sofisticados produtivamente, que pagam melhores salários e implicam maior valor adicionado *per capita*, de rendimentos crescentes de escala” (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 154)

A questão da Política Industrial, desdobramento da disciplina da Microeconomia, que foi tão preponderante no passado, enquanto vigorou o consenso em torno do nacional desenvolvimentismo, já não possui o mesmo espaço na nova teoria, uma vez que esta é vista como uma ferramenta complementar para desenvolver setores específicos, sobretudo aqueles associados ao setor tecnológico em pleno estado da arte. Esse posicionamento é justificado, pois, para Bresser-Pereira (2016b), a estabilização dos cinco preços macroeconômicos já produziria o efeito esperado de proporcionar o afloramento de uma indústria nacional competitiva internacionalmente. Entretanto, em caso de inegável necessidade, o Estado poderia muito bem promover o desenvolvimento de setores específicos através de formação de mão de obra especializada e até políticas de compras públicas, como foi experimentando por um curtíssimo período em relação a indústria naval durante o governo Lula.

Assim, o bloco seguinte, procura correlacionar as construções teóricas apresentadas até o momento com as propostas políticas encampadas por Ciro Gomes, numa tentativa de evidenciar a associação dessas duas iniciativas.

## 5 PROPOSTAS PARA O BRASIL

A Teoria Novo Desenvolvimentista já carrega em si o propósito de orientar os rumos nos quais uma economia de renda média, localizada na periferia do capitalismo mundial, principalmente dentro da América Latina, ao organizar o ambiente de negócios e o mercado como um todo para poder prosperar economicamente dentro desse cenário de disputas comerciais cada vez mais relevantes no comércio internacional. Decerto, este tópico a parte se faz necessário, justamente por trazer luz às propostas pensadas para a economia brasileira deste início de século de maneira mais evidente e ao associar a propostas teóricas com as propostas políticas, neste caso representadas pela candidatura de Ciro Gomes a presidencial da República em 2018 e como pré-candidato para 2022.

### 5.1 RESSALVA HETERODOXA

Nesse sentido, uma importante ressalva, também, deve ser destacada e está relacionada, justamente, à abordagem idiográfica, base da Teoria Novo Desenvolvimentista, já apresentada no início desse trabalho, uma vez que seu caráter heterodoxo leva a não produção de manuais ou, ainda, de modelos econômicos generalistas, que poderiam ser utilizados para uma diversa gama de casos.

Ao recapitular o assunto, tem-se o entendimento no qual a abordagem nomotética (oposta a abordagem idiográfica) pressupõe um cenário no qual, dado o grande número de amostras, o comportamento médio de uma pessoa, ou, até mesmo, de um país, tende a se tornar parecido em relação aos demais objetos da amostra. Dessa forma, seria possível e até inteligente utilizar o ocorrido em uma fração do todo, para representar o comportamento universal. Por isso, os estudos produzidos, a partir dessa premissa, empregam o uso de metodologias baseadas na análise de grandes números de dados para poder captar corretamente a distribuição normal (gaussiana) e, assim, poder identificar as correlações existentes. Entretanto, a abordagem idiográfica parte da premissa que os indivíduos, ou o objeto de análise em questão, são seres únicos, dotados de uma particularidade que limita a análise generalista, dado os contextos distintos nos quais os objetos são analisados.

Portanto, não seria possível estabelecer grandes generalizações, dado o alto grau de especificidades encontradas em torno dos objetos. Assim, a sua metodologia mais indicada é o estudo de caso ou, até, uma análise comparativa, mas sempre especificando as singularidades inerentes aos objetos em estudo (WALLERSTEIN, 2004).

Nessa mesma linha, é interessante resgatar Friedrich List, que foi um dos pioneiros dessa forma de pensar a economia, enfrentando de frente os pensadores da economia clássica, então hegemônica, como David Ricardo e o próprio Adam Smith.

Nesse embate teórico, contra os defensores da economia clássica, List (1983) desenvolveu uma linha de pensamento divergente do corpo teórico produzido pelos clássicos, contando com várias críticas, principalmente em torno do objeto de estudo e do método analítico empregado.

Em relação ao seu objeto de estudo, List tinha como foco de análise o sistema capitalista como um todo, com suas relações, enquanto os clássicos focavam suas análises fundamentalmente no indivíduo enquanto responsável pela ação humana e promotor da transformação. Em vista disso, é estabelecida outra diferença crucial, pois esta forma de entender a ação humana coloca a precedência humana frente a sociedade em evidência, enquanto no entendimento apregoado por List o indivíduo e a sociedade são indissociáveis, não possuindo uma ordem de importância na relação. Nessa acepção, uma conclusão similar ao dilema entre a abordagem idiográfica e a nomotética é encontrada, quando para List o todo não é pura e simplesmente a soma das partes, uma vez que estas partes podem apresentar áreas sobrepostas, uma vez que estão em constante comunicação, enquanto que para os clássicos há a possibilidade de uma correlação direta entre um indivíduo e a humanidade inteira. Outro ponto do objeto de análise, advindo dessa diferenciação, é que uma vez o indivíduo estando imerso na sociedade, este acaba possuindo uma identificação de classe, ao ter um padrão de comportamento distinto de outro membro pertencente a outra classe. Já para os clássicos, a análise parte do indivíduo atomizado (*homo economicus*), como se este fosse isento de características adquiridas do entorno. Por fim, List submete seu objeto a uma visão de longo prazo, com vistas ao desenvolvimento de projetos que visem alcançar uma transformação produtiva, enquanto os clássicos se

limitam a uma perspectiva de curto prazo, tipicamente financista (OIKOS, 2007; LIST, 2010; LIST, 1983).

Já o método de análise desenvolvido por List parte da existência de uma complexidade analítica, que pressupõe a possibilidade de, diante dos fatos históricos, induzir uma correlação que seria fruto do método histórico indutivo. Portanto, seriam necessárias observações empíricas do caso real; de como é de fato que tal situação ocorre na sociedade. Dessa maneira, no método empregado por List, a história condiciona o desenvolvimento capitalista, ao limitar a probabilidade das ocorrências de uma evolução tecnológica, por exemplo. Assim, a economia na perspectiva apresentada por List é impregnada de interesses, como o desenvolvimento capitalista, portanto, a economia nunca poderia ser tida como neutra.

Em virtude dos pontos até aqui apresentados, tal método nega a viabilidade de uma teoria econômica geral, capaz de abranger todos os elementos característicos de sociedades tão diversas. Desde logo, o método adotado pelos pensadores clássicos parte do individualismo metodológico, para tanto se abre a faculdade de usar abstrações, como intermédio de ilustrar cenários adequados para o desenvolvimento de suas análises. Assim, o método emprega o uso do caso ideal; de como deveria ser, para o encadeamento lógico pretendido ser compreensível. Nesse sentido, as postulações alcançadas poderiam ser aplicadas em qualquer espaço, ou seja, em qualquer território, e em qualquer época da humanidade, caracterizando um comportamento a-histórico, o que torna possível, também, o entendimento de uma economia desinteressada, como se fosse um estudo focado na economia pura, apartidária, na qual não existiria espaço para disputas de posição, carregada de neutralidade epistemológica. Em razão desses entendimentos, os clássicos consideravam que a melhor forma de apresentar suas análises seria em forma de teorias econômicas gerais, que poderiam abranger um rol maior de cenários através das generalizações (OIKOS, 2007; LIST, 1841; LIST, 1983).

Em consequência dessa empreitada, mais tarde iria surgir a Economia Política do Desenvolvimento. Outro desdobramento seria a cisão da economia, entre a Economia

Política, com caráter normativo, e a Economia Pura, com caráter positivista. Tal divisão se estende ao longo do tempo até hoje.

## 5.2 PENSAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA

A política econômica proposta pela Teoria Novo Desenvolvimentista, inserida nessa trajetória de pensamentos, não poderia fugir à regra e, portanto, desenvolveu um diagnóstico específico para a realidade brasileira, dentro do contexto econômico atual encontrado no comércio internacional e nas possibilidades internas. No entanto, com o intuito de ir além das diretrizes teóricas propostas pelo conjunto da Teoria Novo Desenvolvimentista, faz-se necessário analisar os efeitos no cenário político brasileiro e, nada mais apropriado, do que analisar as propostas da política econômica de um dos candidatos mais alinhado com este pensamento. Para tanto, as políticas fiscais, monetárias e cambiais apregoadas por Ciro Gomes e sistematizadas em seu livro - “Projeto Nacional: O Dever Da Esperança”, de 2020 - servirão de base para correlacionar a teoria e a prática, através da exposição proporcionada pela candidatura presidencial de 2018 e, também, de 2022, como pré-candidato pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT.

### 5.2.1 Política Fiscal

A Política Fiscal compõe o conjunto de ações sobre as receitas e as despesas dos governos nas três esferas do pacto federativo, a federal, a estadual e a municipal. Na visão de Gomes (2020), as finanças públicas precisam passar por um saneamento, inclusive, esse processo deveria ser cíclico, uma vez que parte das despesas perdem suas justificativas recorrentemente.

Em seu livro, ele esclarece que esse saneamento deve ocorrer dos dois lados da conta pública, aumentando as receitas e diminuindo as despesas. No entanto, ele enfatiza que essa redução das despesas não implica em um arrocho fiscal, com o intuito de reduzir o tamanho do Estado, com vistas a obtenção de *superávit* primário. Na visão dele, é

justamente o oposto, é uma estratégia para realocar os gastos, na intenção de retornar ao Estado a capacidade de investimento e, assim, poder recuperar a economia quando necessário, a partir da poupança pública. Do outro lado, o das receitas, ele também procura enfatizar que não se trata de um simples aumento dos impostos, uma vez que estes são altamente regressivos e penaliza a produção, o trabalho e os investimentos. Nesse sentido, Gomes (2020) defende um aumento de forma progressiva e de forma estratégica, sobretudo, sobre a renda e o patrimônio.

Ao detalhar esse argumento, tem-se uma proposta de reforma tributária, que propõe ser progressivamente justa, além de eficiente na sua aplicação, o que tornaria a vida dos empresários muito mais fácil, diante das inúmeras alíquotas, descontos e especificidades encontradas na nossa realidade tributária. A proposta apresentada por Gomes (2020) versa em direção a proporcionar um aumento na produtividade, à desoneração do investimento e à defesa do emprego formalizado. Nesse bojo, também, procura reduzir a discrepância absurda da nossa desigualdade social, agindo de forma progressiva sobre o consumo, mas sobretudo sobre a renda e o patrimônio. Assim, pretende estimular a formação de poupança interna e não atrapalhar a competitividade da produção nacional. De forma mais explícita, Gomes (2020) destaca quatro pontos:

1. Imposto de renda (IR) – relaciona aos impostos sobre a renda, sendo um para Empresas (IRPJ), incorporando a atual Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, também, as contribuições para o sistema S, e o outro para pessoas físicas (IRPF). Para este último, a proposta traz um ponto interessante, que busca inibir o repasse indiscriminado de lucros e dividendos empresariais às pessoas físicas, o que incentivaria a permanência do lucro nas empresas para posterior reinvestimentos. Como forma de tornar o imposto mais progressivo, seria aumentado as quantidades de alíquotas, assim como uma correção da tabela como um todo, com vistas a aumentar a faixa de isenção.

2. Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) – em relação aos impostos indiretos, a proposta tem como objetivo, principalmente, reduzir a complexidade do atual sistema, tornando-o mais simples e eficaz, assim como, também, acabar com a guerra fiscal existente entre os estados. Para tanto, este seria cobrado no destino e em cada etapa da cadeia produtiva,



fazendo com que cada agente seja um representante do Estado por, também, estar interessado em abater a sua parte do processo anterior.

3. Contribuição para o Financiamento da Seguridade e Previdência (Cofisp) – esta contribuição englobaria cinco tributos existentes atualmente, sendo eles PIS/Pasep, Cofins, CSLL, Cide e IPI. Um ponto interessante é que ela não seria cumulativa e teria seus recursos vinculados à seguridade, à educação e aos investimentos públicos de forma direta garantindo a segurança institucional proposta pelo pacto federativo.

4. Impostos sobre a propriedade – englobaria os atuais impostos sobre propriedade, divididos em cinco siglas, sendo elas o ITR (territorial rural), o IPTU (predial e territorial urbano), o IPVA (veículos), o ITCMD (heranças e doações) e o ITBI (transmissão de bem imóvel). Na proposta, o IPVA passaria a ser IPV, para poder englobar embarcações e aeronaves que hoje são isentas. Para beneficiar os municípios, o ITR seria absorvido pelo IPTU, que também passaria a contar com o ITCMD. Um último ponto seria a regulamentação do Imposto sobre grandes fortunas, mas com o cuidado de ter uma alíquota na qual não afaste o capital.

Posto a nova organização das receitas sugerida por *Ciro Gomes*, cabe detalhar o outro lado, o das despesas, cujo diagnóstico revela que “os gastos públicos do Brasil com educação, saúde, segurança, ciência e tecnologia estão abaixo da média mundial de países desenvolvidos e até mesmo de países mais pobres do que o nosso” (*GOMES, 2020, p. 94*). Então, ele elenca as duas principais contas da dívida pública e sua despesa de juros, além da Previdência Social, como os dois principais focos de atenção. Em relação à última, de forma bem suscita, salvo algumas ponderações com respeito a diferença de gênero, regiões e atividades, a proposta é composta de três partes, sendo a primeira uma renda mínima universal, independentemente se o cidadão conseguiu contribuir de forma completa para o sistema, pois essa faixa busca garantir uma segurança na parte da vida mais frágil do ser humano. A segunda é o sistema de repartição, como já se conhece, mas ele teria um teto e seria realmente universal, englobando todos os regimes especiais. Já para aquela parte da população com o desejo de assegurar uma renda superior ao teto, seria disponibilizado a terceira faixa de capitalização como regime previdenciário complementar, que contaria

com uma contrapartida patronal na mesma proporção, importante para o equilíbrio do modelo. Dessa forma, essa conta seria saneada e não se tornaria mais um entrave ao desenvolvimento do país.

Já para entender a primeira conta, é importante separar a dívida em dois componentes, o estoque e o fluxo, sendo o fluxo o custo da dívida, que é remunerada a partir da taxa básica de juros, a Selic, que será mais apropriadamente tratada no próximo item, referente a Política Monetária. Desse modo, em relação ao estoque, ainda é preciso analisar o volume e o perfil da conta. Inclusive, na questão do perfil, Gomes (2020) evidencia o absurdo praticado no Brasil que é a oferta de títulos prefixados antes da diminuição das taxas de juros e de pós-fixados antes de seu aumento, assim como o obscurantismo das chamadas operações compromissadas, realizadas pelo sistema bancário. Em relação ao estoque, Gomes (2020) chama a atenção para a necessidade de uma auditoria desse volume, não com vistas a viabilizar um calote, mas sim como forma de dar transparência a este montante tão significativo das despesas brasileiras.

### **5.2.2 Política Monetária**

A Política Monetária, como já citado no item anterior, tem como função administrar a taxa básica de juros, assim como a quantidade de moeda em circulação e a questão do crédito, sempre em vistas de garantir a liquidez total do sistema econômico nacional.

Como citado no tópico anterior, a definição da taxa básica de juros, pela autoridade monetária nacional, influencia, sobremaneira, o valor do fluxo da dívida pública. Portanto, diante de um cenário internacional de juros reais negativos, o Brasil não pode mais conceder as taxas de juros exorbitantes praticadas hoje (GOMES, 2020). Nesse sentido, a proposta apresentada por Gomes (2020) vai além do estabelecimento de uma taxa básica de juros menor e mais adequada a nossa realidade. Através dos bancos públicos, pretende reduzir o custo da contratação de crédito na ponta, para as pessoas físicas poderem voltar a consumir, não tendo que pagar dois apartamentos enquanto só leva um e, principalmente, para as empresas que, a partir de créditos mais baixos, podem voltar a investir e dinamizar a economia como um todo. Para Ciro, é necessária “uma taxa de juros reais mais baixa que

a rentabilidade média dos negócios para acabar com a era do rentismo” (GOMES, 2020, p. 108).

Nesse sentido, a questão do crédito, que poderia ser englobada na política monetária, tem um destaque merecido na proposta discutida por Ciro. Nela, ele apresenta um conjunto de ações com o objetivo de dinamizar a economia no curto prazo, ao recuperar a capacidade de consumo das famílias por um lado e de consolidar o passivo privado.

O primeiro objetivo seria alcançado através de um programa de refinanciamento governamental, no qual, dado o tamanho do Estado, espera-se que a barganha frente aos fornecedores fosse significativa, uma vez que, através dos programas do Serasa, o desconto pode chegar até 90%, negociado individualmente. Então, ao negociar o conjunto de mais de 63 milhões de brasileiros, que possuem alguma dívida, o resultado seria tão promissor quanto e ainda iria liberar um contingente enorme de volta para o consumo. Do lado empresarial, deveria ser feito algo parecido, mas com o cuidado de não internalizar o passivo e sim criar condições para que este passivo seja pago de forma progressiva e possibilite as empresas voltarem a investir.

### **5.2.3 Política Cambial**

A Política Cambial pode ser entendida como a forma com que o Estado pode regular o funcionamento da economia em relação a interação com o mundo exterior através do comércio internacional, com as importações e as exportações. Para isso, o Estado utiliza suas reservas, para vender dólar ao mercado, quando quiser apreciar o câmbio, ou comprar, quando quiser depreciar o câmbio. Essa relação é fundamental para a economia como um todo, pois pode incentivar as exportações, caso o câmbio esteja desvalorizado, ao mesmo tempo que atrapalha os setores intensivos em tecnologia dependentes da importação de componentes. Desse modo, essa dinâmica é fundamental para equilibrar a balança de pagamentos, item importantíssimo não apenas para o alcance do superávit primário, como,

também, para formação de poupança interna, tão necessária na proposta evidenciada por Gomes (2020).

Dessa maneira, a proposta apresentada por Ciro, no curto prazo, para reequilibrar as contas externas é “manter o câmbio num valor realista que fortaleça nossa competitividade sistêmica e enfraqueça o consumismo” (GOMES, 2020, p. 92). É importante explicar que, ao mesmo tempo que a proposta de Ciro deseja retomar o consumo das famílias, este consumo, via de regra, deve ser dos itens nacionais, para dinamizar a nossa economia e não de produtos supérfluos adquiridos via importação.

Posto todo esse conjunto, já exposto publicamente através de campanha presidencial, Ciro Gomes demonstra estar alinhado com a Teoria Novo Desenvolvimentista ao propor soluções que visem superar a condição de estagnação econômica vigente desde os anos de 1980. Em seu livro, Gomes (2020) constrói uma narrativa semelhante a desenvolvida neste trabalho, ao recapitular o período desenvolvimentista, no qual o Brasil, por quase meio século, foi a nação que mais se desenvolveu em todo o mundo e, devido a este fato histórico, procurou enaltecer a importância de um projeto nacional de desenvolvimento, que recolocasse o Brasil no caminho da autonomia política e soberania econômica. Como já aconteceu no passado recente, onde essa combinação de teorias econômicas próprias mais práticas políticas independentes, promoveram o maior crescimento econômico do século XX.

Para isso, Gomes (2020) destaca a importância do projeto nacional de desenvolvimento e explica cada palavra dessa proposta. Nesse sentido, o “projeto” é referente a um “conjunto de metas para as quais se estabelecem prazos, métodos de execução, supervisão, avaliação e controle, bem como orçamentação e definição de fontes de recursos. Pressupõe recuperar a capacidade de planejamento de curto, médio e longo prazos do país” (GOMES, 2020, p. 84). Já para o “nacional”, faz alusão a negação de um modelo universal e, portanto, a construção do modelo deve ser de acordo com as características, nas quais um diagnóstico próprio entende como importantes para o desenvolvimento do país. Por fim, o termo “desenvolvimento” significa o acúmulo de riqueza e capacidades da população, com o objetivo de romper com os mecanismos de dependência e, portanto, da subserviência aos

interesses estrangeiros, com vistas a possibilitar o crescimento humano e a justiça social, boa distribuição de renda e serviços públicos de qualidade (GOMES, 2020).

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou resgatar o momento histórico no qual a produção acadêmica, em associação com práticas políticas, consolidou um raro período de crescimento econômico, com desenvolvimento social de forma autônoma e soberana. Nesse intermédio, esta pesquisa, por meio do método histórico indutivo, levantou os dados históricos que conduziram o Brasil até o atual estágio de desenvolvimento, elencando as principais decisões relacionadas com esse desfecho. Em seguida, procurou traçar a correlação existente entre o antigo modelo de desenvolvimento, baseado no nacional desenvolvimentismo, e o novo modelo, ilustrado pela Teoria Novo Desenvolvimentista, nas produções teóricas e na candidatura à presidente do Ciro Gomes.

Por fim, é esperado que seja entendido, por parte do leitor, que se no passado o Brasil foi exemplo de crescimento econômico, com desenvolvimento social por quase meio século, é plenamente possível estabelecer um novo período de progresso semelhante ao ocorrido no passado. E, para isso, o Brasil até pode se debruçar em estudos comparados de outras realidades, com o propósito de enxergar novas possibilidades e ficar atualizado com outras práticas, mas é através do próprio exemplo que o Brasil pode voltar ao trilho do progresso. Para tanto, é só repetir a fórmula já experimentada no passado, de uma produção teórica nacional, própria e independente, conjuntamente com práticas políticas soberanas e emancipatórias. E é justamente essa possibilidade de cruzamento entre esses dois campos distintos, porém semelhantes, que este trabalho procurou apresentar.

Evidentemente que ao longo do percurso algumas limitações do trabalho foram aparecendo. Algumas análises não puderam ser desenvolvidas da maneira como se faziam necessárias, entretanto, as questões primordiais para o entendimento dos fatos históricos, aqui narrados, julga-se ter sido plenamente defendidas.

Nesse ensejo, cabe ressaltar as novas possibilidades que são abertas a partir dessa pesquisa, ao poder buscar experiências semelhantes que estejam ocorrendo na AL e outras regiões localizadas na periferia do capitalismo mundial, como as que são utilizadas pela Teoria

Novo Desenvolvimentista, como foco de análise. Além de estimular a busca por novas formulações teóricas ou práticas políticas emancipatórias alinhadas com este objetivo.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Cadernos de Debates**, n. 1, 1995.
- BARAN, P. Sobre a economia política do atraso. *In*: AGARWALA; SINGH. (Orgs). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969. p. 107-122.
- BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista da CEPAL**, n. 97, abril de 2009.
- CRUZ P. D. Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta. *In*: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 4. ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América latina desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- \_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. Crescimento e desindustrialização. **Folha de São Paulo**, mar./2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2631>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./2016a.
- \_\_\_\_\_. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul.-dez. 2016b.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 3-19, jan. 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO Y. Crescimento econômico com poupança externa?. **Revista de Economia Política**, v.22, n.2, p. 3-27, abr. 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de.; MICHEL, R. **Macroeconomia pós-Plano Real: as relações básicas novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 3-47.
- BRITO, L. **Do neoliberalismo de terceira via ao “novo desenvolvimentismo”**: o réquiem “social liberal” na obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Vitória: ABPHE, 2015.



Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso/xi-congresso-abphe>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1997.

CARCANHOLO, M. D. Neoconservadorismo com roupa alternativa: nova Cepal dentro do Consenso de Washington. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 133-161, 2008.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 1-30, 1995.

CRUZ P. D. Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta. *In*: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 4. ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

CURADO, M. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista?. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 130-146, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a07>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ERBER, F. S. As convenções do desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1/121, p. 31-55, jan./mar. 2011.

FILGUEIRAS, L. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. [S.l.]: Centro Celso Furtado; BNB, 2012.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2013.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. [S.l.]: Ed. Companhia Nacional, 1980.

GALA, P. Ten Theses on new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 32, n. 2/127, p. 336-339, abr./jun. 2012. Disponível em: [http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/theses\\_portuguese.asp](http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/theses_portuguese.asp). Acesso em: 15 jun. 2018.

GOMES, C. **Projeto nacional**: o dever da esperança. São Paulo: LeYa, 2020.

HIRSCHMAN, A. **Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo**. Princeton, Nueva Jersey: Instituto de Estudios Avanzados, 1977.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

INFOGRÁFICO. **Gazeta do Povo**, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LEOPOLDI, M. A. P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 242 – 285. (Coleção O Brasil Republicano, 2).

LESSA, C. **15 anos de política econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEWIS, W. A. **The evolution of international economic order**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1978.

LIST, G. F. **O funcionamento da economia capitalista – a perspectiva burguesa-nacionalista**. Berlim, *Jornal Nação Soberana*, 31 mar. 1841. Disponível em: <https://accale.org/blog/2020/09/12/entrevista-com-friedrich-list-ao-jornal-nacao-soberana-31-05-1841/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sistema nacional de economia / política a defesa do trabalho contra as pretensões do capital**. São Paulo: Editora Abril, 1983.

LIMA, U. M. O Brasil e a cadeia automobilística: uma avaliação das políticas públicas para maior produtividade e integração internacional entre os anos 1990 e 2014. *In*: OLIVEIRA, I. T. M.; CARNEIRO, F. L.; SILVA FILHO, E. B. da. (Org.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2017. v. 1, p. 451-544.

LIMONCIC, F. Vargas e Roosevelt – **Inventores do New Deal**. Pelegos Ianques p. 130-141, abr, maio, jun, 2003. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/pdfs/21.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MARCONI, N. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.31, n.89, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0097.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MEDEIROS, M. de,. Do estruturalismo ao neoestruturalismo: síntese da trajetória histórica do pensamento cepalino. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília n. 8, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/19387>. Acesso em: 08 maio 2018.

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. Londres: G. Duckworth & Co, 1957.

MOLLO, M. L. R. Desenvolvimentismos, inclusão social e o papel do estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-143, jul./dez. 2016.

MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2/131, p. 222-239, abr/jun. 2013.

NURKSE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. *In*: AGARWALA, A.; SINGH, S. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, [1952] 1969.

\_\_\_\_\_. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1953] 1957.

OIKOS. Resgatando pensadores: Friedrich List. **OIKOS: Revista de economia heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, p. 161-180, 2007.

OLIVEIRA, A. L. M. de., Resenha: neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 25, p. 137-141, jan./dez., 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. Disponível em: [http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-teorias-do-brasil/unid-iii-bibliografia-basica/texto-6\\_chico-de-oliveira\\_uma-breve-colocacao-do-problema\\_critica-a-razao-dualista/at\\_download/file](http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-teorias-do-brasil/unid-iii-bibliografia-basica/texto-6_chico-de-oliveira_uma-breve-colocacao-do-problema_critica-a-razao-dualista/at_download/file). Acesso em: 10 out. 2020.

OREIRO, J. L. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia. **JLCoreiro**, 21 ago./ 2016a. Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2016/08/21/o-novo-desenvolvimentismo-e-a-ortodoxia/>. Acesso em: 06 maio 2018.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 167-179, jul./dez. 2016b.

OREIRO, J. L. **Carta enviada à Luis Fernando**. 26 mar. 2017a. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/Novo%20desenvolvimentismo/17.03-Crescimento-export-led-Oreiro-dePaula.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

\_\_\_\_\_. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, abr. 2017b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100075](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100075). Acesso em: 06 maio 2018.

PRADO, E. F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 3/148, p. 478-503, jul./set. 2017.

PREBISCH, R. O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. **Revista de Ciências Econômicas**, 1961.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. *In*: AGARWALA, A.; SINGH, S. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, [1943] 1969.

ROSTOW, W. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge: University Press, 1960.

SICSÚ, J. Flutuação cambial e taxa de juros no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, p. 132-137, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. O que a proposta de autonomia para o BCB esconde?. **Revista de Análise Econômica**, v. 21, n. 40, Rio de Janeiro, 2003.

SICSÚ, J.; CARVALHO, F. J. C. de,. Experiências de fluxos de controles de capitais: focando no caso da Malásia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2 /25, p. 365-374, jul./dez. 2005.

SUZIGAN, W. Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 5, n. 2, p. 472, 1975.

UNGER, R. M.; JORGE, M.; REZENDE, S. M. Tecnologia para muitos. **Jornal Valor Econômico**, p. A20. mar./2008.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas mundo**: una introduccion. 2004. Disponível em: <https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/223976110-26842642-immanuel-wallerstein-analisis-de-sistemas-mundo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.